

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Departamento de Sociologia

Zainabo da Silva Adamo

**Representações sociais de crianças institucionalizadas sobre a família,
caso do centro orfanato 1º de Maio na província de Maputo**

Supervisor: Dr. Lucas Tsamba

Maputo, 2011

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Departamento de Sociologia

**Representações sociais de crianças institucionalizadas sobre a família,
caso do centro orfanato 1º de Maio na província de Maputo**

(Monografia apresentada para a obtenção do Grau de Licenciatura na Universidade
Eduardo Mondlane)

Proponente: Zainabo da Silva Adamo

Supervisor: Dr. Lucas Tsamba

Maputo, 2011

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Zainabo da Silva Adamo

**Representações sociais de crianças institucionalizadas sobre a família,
caso do centro orfanato 1º de Maio na província de Maputo**

O Júri

O Supervisor

O Presidente

O Oponente

.....

.....

.....

Maputo, aos de de

Declaração

Eu, Zainabo da Silva Adamo, declaro que esta dissertação nunca foi apresentada na sua essência para a obtenção de qualquer grau e que ele constitui o resultado da minha investigação, estando indicadas na bibliografia as fontes por mim utilizadas.

.....

(Zainabo da Silva Adamo)

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha mãe **Fernanda José da Silva**, que considero uma senhora batalhadora por ser mãe e pai ao mesmo. A todas crianças que não conseguem desfrutar o prazer da infância e a todas aquelas que com a sua participação tornaram possível a realização deste trabalho.

Agradecimentos

Este trabalho não teria sido possível sem a ajuda e colaboração de muitas pessoas. Agradeço por isso.

À Deus que me colocou no colo em vários momentos desta caminhada, dando-me forças para que eu chegasse até aqui, e por ter me dado a família maravilhosa que tenho.

Ao Dr. Lucas Tsamba, que esteve sempre disponível para esclarecer as minhas dúvidas, fazer sugestões e recomendar leituras e pistas de investigação;

A minha mãe e ao meu primo Rachi que não tenho palavras para fazer menção da quão agradecida estou por tudo que fizeram e continuam fazendo por mim; aos meus tios Bay, Graça e Satar em especial que é um pai para mim; a minha avó Vitória; aos meus irmãos Pinha, Gugú e Paulinho que são a minha alegria; e as minhas primas Alcina e Benigna que me acompanharam e me acompanham em todos momentos da minha vida.

Aos responsáveis do Centro Orfanato 1º de Maio, que pacientemente aceitaram a invasão por parte de uma pessoa estranha e concederam todas as condições para a realização desta investigação, e a todas as crianças com quem contactei e em especial à aqueles que se disponibilizaram para responder as minhas perguntas.

A todos meus amigos e as minhas colegas do quarto 106 pela força, paciência e compreensão acima de tudo.

A todos os meus colegas e amigos em especial Ancha, Dalton, Juntre, Nharucue, Dércio e Wilson, que pacientemente me ouviram falar sobre esta investigação e que sempre tiveram uma ideia para partilhar, uma sugestão para dar ou uma palavra de incentivo para dizer.

E a todos que directa ou indirectamente me acompanharam a percorrer esse grande percurso, os docentes do departamento de Sociologia, em especial ao Dr. Baltazar.

Resumo

Analisar as representações sociais das crianças em torno da família, olhando para as causas que norteiam a sua institucionalização, neste caso concreto as crianças do Centro Orfanato 1º de Maio na província de Maputo. é o objectivo central do nosso trabalho. Assim o argumento central é o de que a causa da institucionalização influencia nas representações familiares das crianças, visto que a família representa a instituição com um papel fundamental na socialização primária do indivíduo. O quadro teórico usado na nossa pesquisa foram, as teorias Fenomenológica de Alfred Schutz e a de Representações Sociais de Serge Moscovici, que permitiram explicar as significações e interpretações das crianças sobre as causas da institucionalização e da família sem perder de vista a individualidade.

O presente trabalho recorreu a uma pesquisa qualitativa, tendo um carácter descritivo baseado na observação, registo e análise dos dados obtidos. Para a recolha de informação foi necessário através da observação perceber a interacção diária entre as crianças com os actores sociais que cuidam delas (responsáveis do centro). A partir das histórias de vida, percebemos as causas que levaram a separação das crianças da família de origem e as representações que elas têm sobre a família.

E com os resultados obtidos, constatamos que várias são as causas que contribuíram para a institucionalização destas crianças dentre elas, o abandono, a insuficiência de renda, maus-tratos (físicos e psicológicos), perda dum dos agregados familiares e a violência (física e psicológica). Mas o motivo central que norteou a institucionalização destas crianças fora os maus-tratos (físicos e psicológicos) que influenciaram nas representações familiares.

Em termos de representações sociais que os actores sociais têm sobre a família, as concepções familiares para estas crianças estão nutridas de sentimentos emotivos (amor, carinho, atenção) são situações que não tiveram. E poucas são as crianças que conseguiram perceber as composições familiares pois, a maioria ainda visualiza a família tradicional (pai, mãe irmãos ou aquele que tem um grau sanguíneo) como padrão de comportamento familiar a ser seguido.

Palavras-chave: Representações Sociais, Família, Criança institucionalizada.

Abstract

This paper is aimed to analyze the causes that undergo children institutionalizing after which we analyze children's samples, in turn, within a family. Thus, we focus the fact that an institutionalization entrusts family standing. For the family stands for the institution which plays an important role for primary socialization of an individual. So, all along our research we have been using the most known, Alfred Schutz phenomenological theory together with Serge Moscovici social presenting. These theories made easier explanations to meaning and childhood interpretations concerning the family and its institutionalization focusing on an individual. Yet, we have undergone a qualitative research with descriptive feature based on observation and registration, and work out the collected dates.

The date collecting was due to children- entrusted daily interaction, an interaction among children and those who look after children (them). Indeed, we have understood from the lifelong stories the causes which separate children from their family and, possibly, children behaviour before their own family. As result, we found that open door living, earning, and bad treatments (physical and psychological), income, and orphanity were among the several other factors that contributed for such children institutionalization. Bad treatment stressed the institutionalization, though.

Concerning social representations that social actors have to the family, we definitely found that children are flourished with emotional sentiments, in spite of the causes that have taken them to institutionalization.

Fewer children came to know family make up of, because the majority still visualizes a traditional family strictly composed of father, mother or siblings with standard behaviour to be followed trough.

Key words: Social standing, Family, Children institutionalized.

Lista de Tabelas

Tabela1: Construção do modelo de análise

Tabela2: Distribuição da amostra por sexo

Tabela3: Distribuição dos entrevistados por idade

Tabela4: Distribuição dos entrevistados por proveniência

Tabela5: Distribuição do tempo de institucionalização dos nossos entrevistados

Tabela6: Discurso dos entrevistados sobre os motivos da sua institucionalização

Tabela7: Discursos sobre as representações sociais das crianças institucionalizadas sobre a família

Tabela 8: Discursos das crianças institucionalizadas sobre o centro orfanato como sua nova família

Tabela 9: Discursos sobre os desejos futuros das crianças institucionalizadas

Lista Siglas e/ou abreviaturas

MDM	-	Meninos De Moçambique
ARCS	-	Arci-Cultura e Desenvolvimento
ORM	-	Organizações dos continuadores da Revolução Moçambicana
UNICEF	-	Fundo das Nações Unidas para a Infância
CDC	-	Convenção dos Direitos da Criança
	-	
MMCAS	-	Ministério da Mulher da Coordenação e da Acção Social
	-	
MMAS	-	Ministério da Mulher e da Acção Social

Índice

	Página
Declaração	i
Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo em língua portuguesa	iv
Resumo em língua inglesa	v
Lista de tabelas	vi
Lista de abreviaturas	vii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: Formulação do problema	
1.1 Formulação do problema	14
1.2 Objectivos	14
1.3 Justificativa	15
CAPÍTULO II: Enquadramento Teórico e Conceptual	
2.1 Teoria Base	17
2.2 Quadro Conceptual	21
2.3 Modelo de Análise	29
CAPÍTULO III: Metodologia	
3.1 Métodos de investigação	30
3.2 População / Amostra	32
3.3 Critérios de Amostragem	32
3.4 Constrangimentos da pesquisa	33
CAPÍTULO IV: Apresentação, Análise e Interpretação dos Resultados	
4.1 Estudo de Caso: Centro Orfanato 1º de Maio	34
4.2 Análise e Interpretação dos Resultados	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
ANEXOS	

Introdução

A presente monografia surge como resultado de um estudo que decorre no âmbito do Trabalho do Fim de Curso de Licenciatura em Sociologia, do Departamento de Sociologia, pela Universidade Eduardo Mondlane. Trata-se de um estudo de caso, intitulado “*Representações sociais de crianças institucionalizadas sobre a família, caso do centro orfanato 1º de Maio na província de Maputo*”. O estudo pretende abordar a problemática da institucionalização de crianças, por ser uma medida a implementar quando se verificam determinados condicionalismos, dentre os quais os maus tratos, abandono, violência (doméstica e comunitária) e a insuficiência de renda.

Para melhor análise e percepção do trabalho vamos nos cingir na análise das causas e percepções das crianças que chegaram ao centro não por intermédio de contactos pessoais, mas sim, crianças que foram recolhidas nas ruas, ou outros locais localizados na cidade, província de Maputo ou no país em geral. Sendo este um estudo de caso, recorreremos as crianças institucionalizadas do *Centro do Orfanato 1º de Maio* que se localiza na província de Maputo.

A escolha desta província se deve ao facto desta obter maior número de centros de acolhimento, que são cerca de vinte e três, dentre eles oito são orfanatos; e a escolha do centro do orfanato 1º de Maio deve-se pelo facto deste ter o maior número de crianças com idades compreendidas entre os zero aos dezassete anos, que corresponde a idade que pretendemos trabalhar com ela na realização do nosso trabalho; pois outros centros tem crianças com idades entre os zero e oito anos, esta não é adequadas para o nosso trabalho.

A criança para se desenvolver de forma equilibrada e saudável necessita de carinho, amor e atendimento das suas necessidades básicas. Além disso, o meio na qual esta criança está inserida deve ser capaz de lhe proporcionar e permitir um desenvolvimento a todos níveis: físico, emocional, intelectual e social. No entanto isto nem sempre acontece, existindo desde início da humanidade, milhares de crianças sujeitas a todo tipo de privação.

Dar a voz às crianças foi o que animou esta pesquisa, por serem crianças cuja história de vida as afastou da sua família de origem, e que se encontram neste momento a viver em centros de acolhimentos (orfanatos). Sendo assim, estas crianças terão, decerto, muito a contar sobre as causas que nortearam a sua

separação da família de origem, as suas representações familiares perante a realidade em que vivem, neste preciso momento, no centro de orfanato 1º de Maio.

Porém, sem menosprezar os estudos já feitos nesta área, da consulta feita, verificamos que são poucos os estudos que procuram perceber os pontos de vista das crianças, as suas representações sobre a escola, sobre a família ou sobre as suas experiências de vida, as suas expectativas e emoções. Contudo, é importante “(...) *estudar não só o que fazemos às crianças, mas também o que as crianças fazem do que nós lhes fazemos...*” (Bilac, 2000:9).

Assim, este estudo na vertente sociológica, procura compreender as diversas significações, interpretações e percepções dos intervenientes no processo da institucionalização das crianças, auscultar a posição e a opinião das crianças sobre assuntos que lhes dizem directamente respeito, e que alteraram e poderão ainda alterar drasticamente as suas vidas. Neste sentido é do nosso objectivo analisar o dia-a-dia dessas crianças, a sua relação com as outras crianças e com os demais actores sociais (responsáveis do centro), compreender as percepções que elas têm sobre a família, olhando para os motivos que as fizeram sair das suas famílias de origem para os centros de acolhimento, e perceber o seu posicionamento face à sua própria família de origem e a sua institucionalização. Traçamos como objectivo central deste trabalho, analisar as causas que nortearam a institucionalização das crianças, neste caso concreto as crianças do Centro Orfanato do 1º de Maio na província de Maputo.

Para a abordagem deste fenómeno foram adoptadas duas teorias, a fenomenologia e a das representações sociais. Esta opção foi condicionada pelo facto de estas duas teorias se complementarem e por serem igualmente importantes para a compreensão da realidade em estudo.

Em termos metodológicos, recorreremos à pesquisa qualitativa, por afigurar-se como a mais apropriada, na medida em que nos permite obter o máximo de informações, com o máximo de profundidade possível.

O presente trabalho está organizado em Quatro capítulos. O primeiro capítulo, referente à revisão de Literatura, onde também apresentamos o Problema de Pesquisa e os objectivos do trabalho. No segundo capítulo está o Enquadramento Teórico e Conceptual, dividido em dois eixos. o primeiro enquadramento teórico, aqui fazemos uma discussão da teoria base, e o segundo é o enquadramento conceptual, onde apresentamos os principais conceitos do nosso trabalho, e por fim apresentamos o modelo de análise.

No terceiro capítulo está a descrição da Metodologia, aqui apresentamos os métodos de abordagem e de

procedimento adoptamos ao longo do nosso trabalho, as técnicas, a descrição da nossa amostra e os constrangimentos enfrentados durante a realização do estudo.

No quarto capítulo, está a apresentação, a análise e interpretação dos resultados e sua discussão. Este capítulo está estruturado em duas partes: a primeira trabalha com a caracterização do universo de pesquisa e a segunda parte, apresentamos o perfil Socio-demográfico dos entrevistados. Por fim, apresentamos as considerações finais, bibliografias e os anexos.

Capítulo I: Formulação do problema de pesquisa

Neste subcapítulo vamos procurar abordar de maneira mais específica o problema de pesquisa que despertou o nosso interesse na análise da vida das crianças nos centros de acolhimentos. O fenómeno em análise remete-nos a uma revisão das investigações anteriores sobre o que terá sido feito de maneira a fundamentarmos e nos inteirarmos com o problema que por nós foi sugerido, onde também apresentaremos a questão que orientará a nossa pesquisa.

Da revisão feita sobre este problema em análise constatamos que existem poucos estudos que retratam esta realidade na sociedade moçambicana, principalmente na província de Maputo, o espaço físico da nossa pesquisa.

Os estudos revistos sobre a criança institucionalizada foram realizados no âmbito da investigação académica [Sales e Mause (2000) e Scully (2000)] e na perspectiva de intervenção social [MDM (2000), ARCS (1997)] e, na sua maioria, fazem menção de um ponto de vista macro-estrutural e incidem no movimento das crianças partindo da rua aos centros de acolhimentos. Esses estudos apontam a pobreza como um factor primário que leva ao aumento do número de crianças nos centros de acolhimentos, sem deixar de referir que a pobreza actual teve como origem no passado não distante na guerra.

No período pós-independência temos um cenário diferente do período colonial. O governo adoptou um sistema político caracterizado pela centralização do poder político e das políticas sociais – o maxismo-leninista, ou, concretamente, o socialismo. Uma das implicações deste sistema foi a preocupação de “organizar toda a sociedade” e, assim foram criadas organizações dos continuadores da revolução Moçambicana (ORM). A maioria das crianças moçambicanas estavam “cobertas” por esta organização. É a partir da percepção de que a criança é o futuro do desenvolvimento ou futuro do amanhã que são adoptadas várias políticas visando a escolarização (MMCAS, 2001).

Para Sales e Mause (2000), por exemplo, o êxodo rural como consequência das guerras levou ao aumento populacional nas zonas urbanas. Esta situação fez com que a situação de desemprego aumentasse, e a política de privatização de empresas implicou, em alguns casos, a redução de mão-de-obra, contribuindo profundamente para a degradação das condições sócio económicas das populações

desfavorecidas e, conseqüentemente, para a degradação dos valores sociais e morais e no enfraquecimento das estruturas familiares e comunitárias. Estes autores sustentam ainda que as dificuldades socioeconómicas enfrentadas pelas famílias nas zonas urbanas fez com que se verificasse a separação de casais assim como de familiares, isto deveu-se também a existência de maior número de famílias que estavam centradas num cônjuge.

Na seqüência destes problemas, que afectaram principalmente as camadas mais vulneráveis e que também não conseguiram adaptarem-se à nova realidade do país, vão surgindo novos fenómenos que crescem a um ritmo acelerado para níveis assustadores, dentre os quais o fenómeno de crianças em situação de risco “*crianças em estratégia de sobrevivência, crianças maltratadas e abandonadas, crianças institucionalizadas, crianças em conflito armado, crianças em desastres naturais e ecológicos, crianças com necessidades específicas e crianças em situação de rua*”. (Save The Children, 2003:23).

Diante deste cenário, podemos dizer que, para os autores Sales e Mause (2000) e Scully (2000), as causas relacionadas à afluência das crianças aos centros de acolhimento cinge-se: a pobreza que se traduz no baixo rendimento económico, desemprego, fome e a não satisfação das necessidades básicas; a instabilidade familiar que leva a desintegração das famílias, cria tensões psicológicas e leva a degradação dos valores morais; violência doméstica; a falta de acesso a educação; os atractivos urbanos, e as calamidades naturais. Deste modo o recurso aos centros de acolhimentos é encarado como um escape aos problemas que as crianças enfrentam no seio familiar e na sociedade em geral.

Para Loforte (1989), num estudo realizado em sete (7) capitais moçambicanas (Maputo, Xai-Xai, Inhambane, Beira, Quelimane, Nampula e Pemba), o problema da criança nos centros de acolhimento, na rua, entre outros, deve-se a um conjunto de factores económicos, sociais e culturais que surgiram na conjuntura do país. Nesse estudo a autora aponta a guerra de desestabilização dos 16 anos como sendo o factor primário, pois arrastou consigo todo um cortejo de pobreza, desagregação familiar, instabilidade sócio económica e tensões constantes.

No entender desta autora, a guerra e a desestabilização militar, política e económica forçou numerosas famílias que viviam em zonas rurais a migrarem para urbanas. Um processo de mudanças que se fez acompanhar na maioria das vezes por dificuldades económicas imensas, por um lado e, por outro lado, os efeitos conjugais desta guerra, fome e calamidades naturais conduziram a uma degradação familiar que teve como consequência a separação das crianças com os seus progenitores e familiares. Estas crianças

desamparadas, ou, em certos casos órfãs procuraram nas ruas das cidades o seu abrigo fazendo delas a sua casa, e algumas crianças foram tiradas da rua para centros de acolhimento como forma de protegê-las e obterem uma nova família ou lar.

Já os estudos levados a cabo por MMCAS (2000) e o UNICEF (2000), consideram que as políticas do governo, no geral têm como objectivo eliminar todos os pontos considerados “negativos” com impacto sobre as crianças. Dos vários estudos podemos destacar: *o abandono, o abuso sexual, a marginalização e a falta de apoio familiar, o elevado índice de prevalência de HIV/SIDA. É dentro destas causas que podemos identificar a situação de crianças vivendo nos orfanatos.* Nestas políticas do governo, uma das estratégias encontrada para se pôr fim à situação do abandono e vulnerabilidade de crianças, foi criar os centros de acolhimentos como um novo lar para estas crianças de modo a se distanciarem destes males que são um atormento para esses seres indefesos. Abordando a questão de crianças institucionalizadas, Sarmiento (1999) e Pinto (s/d) afirmam que não se pode negar que, a mais pequena mudança estrutural da família ou na sua forma de organização traz enormes consequências para a forma como a criança é encarada e vivida pela família.

Portanto, destes estudos podemos constatar que, varias são as causas que aumentam a prevalência de crianças em situação de vulnerabilidade e abandono, e os centros de acolhimentos ou orfanatos é uma estratégia muito importante que se encontrou para minimizar a existência destas.

Os dados recolhidos de um estudo feito pela UNICEF (2006), mostram que em Moçambique, a maior parte das crianças se encontra numa situação de pobreza como insuficiência de renda, pois, a forma como estas vivenciam a pobreza varia e difere muito da forma como os adultos vivenciam.

O mesmo estudo acrescenta ainda que, em Moçambique existe cerca de 10 milhões de crianças mas, não sob mesmas condições de vida, umas sob condições mais adversas que outras. Dentro deste número, encontramos um conjunto de crianças em estado de maior vulnerabilidade indo desde crianças afectadas ou infectadas pelo HIV/SIDA; crianças vivendo em agregados familiares chefiados por um adulto (família monoparentais), com doenças crónicas; crianças vivendo em instituições como orfanatos, prisões, instituições de saúde mental; crianças em conflito com a lei (crianças a contos com a lei por causa de pequenos delitos), crianças portadoras de deficiências; crianças vítimas de tráfico; crianças casadas antes da idade legal; crianças que são vítimas das piores formas de trabalho infantil; menores que vendem águas nos cemitérios, crianças refugiadas ou crianças que foram deslocadas internamente até crianças

vivendo de e/ou na rua. (UNICEF, 2006)

De forma geral, são vários os factores que concorrem para a explicação deste fenómeno e que, estes factores, de certa forma, subsidiam e acompanham a realidade em análise neste estudo. De uma forma dominante o nosso contexto, privando as crianças de exercer e viver os seus direitos básicos, consagrados pela CDC (2006), documento de que Moçambique é signatário desde 1994.

De acordo com o relatório da UNICEF (2006), estas crianças estão sujeitas a problemas como privação severa da nutrição, de água, saneamento, saúde, abrigo, educação, informação, consumo e de expressar os seus problemas porque a visão que se tem dela é adulto cêntrica¹. O relatório constata que, crianças vivendo nestas situações hoje são uma realidade na sociedade moçambicana. O mesmo estudo refere ainda que entre 2005 a 2006, 17% dos moçambicanos com menos de cinco anos de idade estavam severamente privadas dos cuidados básicos de saúde, e crianças com agregados familiares cujo chefe não estudou, crianças com agregados familiares chefiados por pessoa com o nível de ensino secundário ou superior, são as que se encontram em situação de pobreza, como insuficiência de renda.

O que se verifica é que o fenómeno criança em Moçambique, tem chamado atenção tanto dos académicos como da sociedade em geral, onde os debates centram-se na explicação das causas deste fenómeno a partir da perspectiva da pobreza como insuficiência de renda, e quando se fala de criança institucionalizada ou crianças que vivem nos orfanatos analisa-se a saída destas dos centros para as ruas, sem olhar para a criança como actor social, como um ser capaz de expressar *os motivos para e os motivos porque*, pois a visão adulto cêntrica domina estes estudos.

1.1.1. A “Família e a Infância” no Contexto da Sociologia

A família constitui o espaço privilegiado de afectividade, de realização da pessoa, de transmissão de valores e de reforço da solidariedade entre gerações.

No período colonial devido à escravatura, as famílias moçambicanas se encontravam desestruturadas, provocando a separação dos filhos dos pais, sendo assim, estas crianças na sua maioria se encontravam sob tutela de missões católicas como forma de as proporcionar segurança e protecção.

¹ Adulto cêntrico é uma perspectiva em que os adultos adquirem a legitimidade para representar os interesses das crianças só por serem mais experientes ou maduros, sem olhar para as opiniões deste grupo social.

Após a independência, devido a guerra que se fez sentir, nos anos 80 as famílias moçambicanas se depararam com a problemática da pobreza, que fez com que se registasse um aumento do número da população urbana sem as mínimas condições de vida. Aliado às dificuldades socioeconómicas que as famílias enfrentaram nas cidades, registou-se a separação de casais e de famílias, cujas consequências reflectiram-se no surgimento de um maior número de famílias centradas apenas num cônjuge (famílias monoparentais).

O número crescente de crianças vivendo apenas com mães como chefes de agregados familiares sem nenhuma condição de sobrevivência, e crianças vivendo com avós, padrastos, madrastas e outros familiares, aumentou drasticamente nos últimos anos. A falta de condições para o ingresso das crianças na escola, e a falta de controlo dos filhos pelos pais é outro factor a ter em conta. Todos estes factores fizeram com que existissem fenómenos como: crianças de/na rua, crianças institucionalizadas ou seja crianças vivendo nos centros de acolhimentos (orfanatos), crianças em risco, e mais (UNICEF, 2006).

Nos últimos anos, o fenómeno crianças institucionalizadas tem sido muito visível, pois o maior número de crianças que se encontram nos centros de acolhimentos ou orfanatos são crianças que saem das suas famílias de origem para as ruas e das ruas para os centros de acolhimentos, crianças estas que se encontram em situações de risco e de insuficiência de renda.

A família também é focalizada com muito impacto, traduzido em debates com intuito de melhorar e superar os entraves que têm marcado o sistema educativo da criança. A variação das condições sociais em que vivem as crianças é o principal factor da sua institucionalização. Para além das diferenças individuais, as crianças distribuem-se na estrutura social segundo a classe social, a etnia a que pertencem, o género, e a cultura.

Todos estes aspectos são importantes na caracterização da posição social que cada criança ocupa. Com efeito, não é indiferente ser-se rapaz ou rapariga numa sociedade como a nossa que é dominada pelas influências dos países desenvolvidos, com tudo o que isso mobiliza quanto aos processos e modos de socialização, quanto aos valores, quanto ao desempenho de actividades domésticas, quanto às aspirações e às estratégias familiares de mobilidade social, quanto à detenção de poder no interior da fratria ou do contexto familiar, etc. Do mesmo modo, não é indiferente, relativamente a todos esses aspectos a pertença de uma criança à classe trabalhadora ou à classe média (Langa, 1993).

O permanente exercício por uma melhor educação familiar (socialização primaria) em Moçambique tem

um percurso histórico que decorre desde o período colonial até actualidade. Como forma de contextualizar e abrir espaço para a compreensão sobre a família em Moçambique torna-se relevante traçar um breve olhar sobre o seu historial.

Foi a partir de finais do Séc. XVIII que se começam a esboçar as premissas de uma *Sociologia da Família*, nomeadamente através da aplicação e análise dos inquéritos da Sociedade Real de Medicina Francesa, efectuados a partir de 1744, pelos próprios médicos, no domicílio dos seus pacientes.

A partir dos anos 70 a produção sociológica de trabalhos sobre a família conheceu um rápido desenvolvimento. Realizaram-se grandes inquéritos à opinião pública, a par de estudos mais detalhados sobre diversas dimensões da vida familiar e sobre a mudança de comportamentos. Foi também nesta altura que a sociologia feminista contribuiu grandemente para o avanço conceptual da sociologia da família, nomeadamente no que se refere às fronteiras entre as disciplinas. Temas como fecundidade, trabalho, esfera doméstica, entre outros, passam a ser tratados nas suas interacções cruzadas, em vez de serem objectos de análise separados.

A sociologia feminista foi aliás uma feroz crítica das teorias de Talcott Parsons, principalmente em relação à premissa funcionalista de diferenciação de papéis em que a mulher desempenhava as funções de dona-de-casa, e o homem o papel de provedor, chamando a atenção para a subordinação, exploração e opressão das mulheres implícita na (nova) fórmula privatizada do lar. A partir de meados dos anos 80 assiste-se assim a uma multiplicação dos estudos sobre as relações conjugais, inter-geracionais e desigualdade de géneros, entre outras temáticas, o que contribuiu decerto de forma significativa para o conhecimento que se tem hoje da família contemporânea. Enquanto objecto de investigação sociológica, a família tem vindo assim a despertar inúmeras atenções no mundo e em diversas áreas, e vários foram os governos que mostraram, nas últimas décadas, um acrescido interesse na investigação sobre os assuntos familiares. O Ano Internacional da Família, em 1994, serviu de incentivo para uma série de países financiarem estudos sobre a família e para a criação de legislação específica (Kellerhals, 1984).

Neste trabalho o olhar da Sociologia sobre a família, principalmente na perspectiva da Sociologia da Família é crucial na medida em que se pretende analisar as representações sociais das crianças sobre a família e sobre as suas expectativas em relação à sua futura actual (a instituição). Assim sendo, isto pressupõe o manuseamento de uma série de conceitos da área da Sociologia da Família, assim como a compreensão das formas e modos de funcionamento familiares e a sua evolução histórica.

Na visão sociológica da família, vários são os teóricos que apresentam preocupações em formular reflexões sobre assuntos que tem a ver com família, teóricos como August Comte, Émile Durkheim e Anthony Giddens. Comte (1999:22) é da opinião por exemplo de que, a instituição fundamental (família) hoje está a sofrer grandes atentados e alerta no sentido de este facto ser encarado como um dos sintomas assustadores da tendência transitória para a desorganização social.

Apesar das teorias de alguns dos fundadores da sociologia focarem temas que implicam a família como um fenómeno social, é apenas nas décadas de 50-60 que esta se torna o centro de uma sociologia mais ampla. Na maior parte dos Estados da União Europeia, os estudos sobre assuntos da família foram principalmente financiados e requisitados por governos ou agências preocupados mais com políticas sociais do que com o desenvolvimento da teoria sociológica. A ênfase foi então dada a problemas sociais como a pobreza das famílias ou o abuso de crianças com a intenção, precisamente, de alimentar o processo de construção de políticas sociais e da família. Na sociologia da família norte-americana, a família surge como uma construção ideológica, uma abstracção, e durante os anos 30 a sociologia da família norte-americana, descurando a importância da dimensão histórica, preocupa-se apenas com o tratamento técnico dos problemas sociais ligados ao desemprego e à crise (Segalen, 1999).

De acordo com Gomes (2002), apesar de a família ser uma das instituições base mais antigas da sociedade, ela não teve sempre a mesma configuração. De facto, assiste-se hoje, diversas reflexões de intelectuais das mais variadas áreas, sobre as recentes transformações e recomposições que a família tem sofrido. É comum ouvir o discurso popular afirmar que a família está a desaparecer, a ruir, que a família está em crise. Porém, o meio científico parece ter chegado à conclusão que a família está apenas a sofrer profundas reestruturações e transformações nas suas formas de funcionamento, organização e nas funções que desempenha, não se encontrando necessariamente em crise na sua essência. Essas profundas reestruturações e transformações conduziram a uma pluralidade de novas formas de família, que são muitas vezes vistas como variantes ao desenvolvimento familiar normal e, logo, como desvios à norma. De facto, são configurações ainda hoje consideradas mais ou menos atípicas as uniões de facto, a monoparentalidade, as famílias adoptivas ou de acolhimento, as famílias reconstituídas e as famílias homossexuais. (Gomes, 2002:12)

No contexto Moçambicano, é indiscutível que a vida familiar, à semelhança do que ocorreu com alguma antecedência nas outras sociedades industriais modernas, tem registado um significativo movimento de

«modernização»: igualdade entre os cônjuges, novos valores educativos, acesso a métodos de contraceção, maior valorização do individualismo e menor subordinação do casal à família. Falar de família em Moçambique pressupõe falar da época colonial porque com a escravatura verificou-se a desestruturação de famílias, existindo assim crianças vivendo em centros com missionários; pressupõe também falar do período pós independência e da pobreza como insuficiência de renda. Fala-se da renda por causa da avaliação de qualidade de vida feita antes e depois da independência. A renda é um instrumento para a obtenção de acções valorizadas, pelos seres humanos, ou seja, um meio para o alcance de fins substantivos. Além disso, a eficiência do instrumento *renda* na obtenção de diversas variáveis, boa convivência familiar, conforto familiar, estado de saúde, ambiente natural e social onde vive uma pessoa, e outras.

Segundo Langa (1993), as mudanças socioeconómicas verificadas nas sociedades modernas desde os meados do século XIX até ao presente, a saber, o rápido declínio do modelo familiar de produção e subsistência (as crianças deixaram de trabalhar lado a lado com seus pais e irmãos participando directamente na economia familiar), a diminuição da dimensão familiar, o elevado índice de prevalência do HIV/SIDA, as gravidezes precoces, maus tratos no seio da família, entre outros, trouxeram alterações drásticas aos modos de funcionamento familiar e conseqüentemente às vidas quotidianas das crianças.

Por causa da dificuldade socioeconómica registou-se a separação de casais e crianças em situação de risco; Situações que fizeram com que regista-se o elevando índice de HIV/SIDA que causa muitas mortes, a existência de gravidezes precoces (mães que não estão em condições de criar um filho), a elevada taxa de natalidade, entre outros, assistiu-se um aumento de institucionalização das crianças através de uma série de equipamentos de apoio a família e educação como, orfanatos e diversas actividades extra-curriculares (UNICEF 2001).

As circunstâncias e condições de vida das crianças são, contemporaneamente, enquadráveis naquilo que tem sido uma das mais constantes facetas da infância: o carácter paradoxal, com elas são consideradas pela sociedade “dos adultos”. As crianças são tanto mais consideradas, quanto mais diminui o seu peso no conjunto da população. Este indicador demográfico, particularmente presente nos países ocidentais, por efeito coordenado do aumento da esperança de vida e da regressão da taxa de fecundidade, constitui, na verdade, o principal e decisivo factor da importância crescente da infância na sociedade contemporânea. Dir-se-ia que o mundo acordou para a existência das crianças no momento em que elas existem em menor

número relativo (Sarmiento e Pinto, 1997:3).

No que concerne a infância, a visão que a sociologia trás é a de deixar de lado a visão adulto cêntrica e passar a olhar a criança como actor social, ou seja, os adultos devem valorizar a espontaneidade das crianças.

Sarmiento citando Qvortrup identificou três premissas básicas no estudo da infância: a primeira constitui a infância enquanto uma forma estrutural particular, ou seja, é um período em que as crianças vivem as suas vidas e uma categoria ou parte da sociedade, o que implica que apesar de a infância ser um período transitório para as crianças, é uma categoria estrutural permanente para a sociedade e como tal susceptível de ser estudada (Sarmiento, 1997).

A segunda refere-se ao facto da infância se encontrar exposta às mesmas forças sociais que afectam aos adultos, porque se encontra plenamente integrada na sociedade e não deve ser considerada como uma categoria a parte.

As crianças são tal como os adultos participantes activos na organização de actividades quotidianas e por isso afectam e são afectados pelas mudanças e desenvolvimentos sociais. Contudo tratar as crianças “como seres em si” foi a preocupação de Qvortrup e reconhecer o seu papel de agente social que contribui para a reprodução da infância e da sociedade através da negociação com os adultos (Sarmiento, 1997).

Segundo Salvaterras e Felgueiras (1999), relativamente às crianças institucionalizadas, tem de verificar pelo menos um dos seguintes critérios para que o seu projecto de vida possa passar pelo orfanato: ser filho de pais falecidos; terem os pais da criança revelado manifesto desinteresse pelo filho em termos de comprometer seriamente os vínculos próprios da filiação; entre outros (in:Pinto 2001). A institucionalização, é tido como uma forma equilibrada e saudável para as crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade (crianças provenientes de famílias pertencentes a escalões economicamente mais baixos da sociedade).

A pobreza como insuficiência de renda, o elevado índice de prevalência de HIV/SIDA tem sido abordada pelos estudiosos como fenómenos que estão ligados a questão de risco e exclusão social. Deste modo, as crianças institucionalizadas são vistas como fazendo parte do grupo em que a sua situação é resultado da exclusão (Langa, 1993).

A consideração das crianças como actores sociais de pleno direito, e não como componentes acessórios

ou meios da sociedade dos adultos, implica o reconhecimento da capacidade de produção simbólica por parte das crianças e a constituição das suas representações e crenças em sistemas organizados, isto é, em culturas.

Com efeito, o estatuto de actor social reconhece-se aos seres humanos, desde Weber, na sua capacidade de interagir em sociedade e de atribuir sentido às suas acções. A produção de sentido, ou, por outras palavras, a monitorização reflexiva, da acção, constitui um dos campos de produção científica em Ciências Sociais. Isto não faz com que os estudos da infância, mesmo quando se reconhece às crianças o estatuto de actores sociais, tenham, geralmente, negligenciado a auscultação da voz das crianças e subestimado a capacidade de atribuição de sentido às suas acções e aos seus contextos.

Sendo assim, neste estudo pretende-se, compreender as causas da institucionalização, a posição e opinião das crianças sobre assuntos que lhes dizem directamente respeito e que irão alterar as suas vidas drasticamente, o centro de acolhimento e o integrar numa nova família será de certo um processo que muitas interrogações, expectativas e contradições trarão ao quotidiano dessas crianças. Importa então questionarmos em torno destas angústias e expectativas de forma a alterar a realidade e melhorar o desenrolar do processo de integração das crianças, pelo menos para contribuir com um melhor e mais profundo conhecimento da realidade. Diante de todo o exposto, fruto da revisão feita em paralelo com os objectivos traçados levantamos a seguinte questão: *Será que as representações que as crianças constroem sobre os papéis e funções da família são influenciadas pelas causas da sua institucionalização?*

E, como resposta provisória à questão formulada avançamos a seguinte hipótese:

- As representações familiares que as crianças institucionalizadas constroem, são influenciadas pelo tipo de rendimento mensal das famílias de origem.

1.2. Objectivos

Neste subcapítulo apresentamos os objectivos do nosso trabalho. Sendo assim, o objectivo geral deste estudo consiste em analisar as representações sociais das crianças em torno da família, olhando para as causas que norteiam a sua institucionalização, neste caso concreto as crianças do Centro Orfanato 1º de Maio na província de Maputo. E de forma específica pretendemos:

- Compreender das crianças e dos actores que cuidam delas quais os motivos ou causas que levam a institucionalização de crianças”;
- Identificar as representações sociais que as crianças têm sobre a família de origem e do centro orfanato como sua nova família;
- Perceber a interacção diária das crianças com os outros actores que cuidam do seu dia-a-dia (os responsáveis do orfanato).

Portanto, olhando para os motivos ou causas da institucionalização de crianças e tendo em conta o centro orfanato como uma nova família para elas, através destas, pretendemos abordar as diferentes representações sociais e os desejos futuros que as crianças em relação a família de origem e o centro orfanato, sem perder de vista as experiências ou situações vividas.

1.3. Justificativa

A nossa opção por este estudo pode ser sustentada primeiro, sendo o nosso trabalho de natureza académica, das leituras feitas constatamos que existe falta de estudos reportando esta problemática. Segundo, pela natureza do problema, percebe-se a necessidade de uma melhor compreensão do fenómeno criança institucionalizada olhando para ela como actor social.

Deste modo, pode-se definir que este fenómeno está sendo dominante na nossa sociedade desde a época das guerras sem contudo, um olhar atento dos académicos ou dos sociólogos em particular. De acordo com a revisão da literatura feita antes e no decorrer deste estudo constatamos que o fenómeno "crianças institucionalizadas" é menos debatido no nosso país, pois verificou-se que os debates são principalmente construídos numa perspectiva adulto cêntrica, em torno de crianças de/na rua, e quando se fala de crianças nos centros de acolhimento ou orfanato, analisa-se mais a saída destas dos centros de acolhimento para as ruas.

No presente trabalho vai se procurar compreender as diversas percepções dos intervenientes neste processo, as causas, auscultar a posição e a opinião das crianças sobre assuntos que lhes dizem directamente respeito, e que alteraram e poderão ainda alterar as suas vidas drasticamente. Portanto, são crianças cuja história de vida as afastou da sua família biológica, e que se encontram neste momento a viver em centros de acolhimentos (orfanatos). Terão, decerto, muito a contar sobre as causas da sua

institucionalização, as suas representações e expectativas familiares perante a realidade em que vivem, neste preciso momento, no centro de orfanato.

Depois de termos apresentado a formulação do problema, os respectivos objectivos e a justificativa, no próximo capítulo dedicar-nos-emos a apresentar o enquadramento teórico e conceptual.

Capítulo II: Enquadramento Teórico e Conceptual

2.1. Teoria de Base

Neste capítulo o que pretendemos é apresentar a teoria em que nos apoiamos para desenvolver o nosso estudo e, os principais conceitos que serão referenciados no decorrer do texto e que, de certa forma, ajudam-nos a clarificar o assunto em análise. Para o efeito recorreremos a duas teorias que se complementam e que junto dão sentido à nossa pesquisa. Nos referimos à teoria fenomenológica de Alfred Schutz (1979) e a teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici (1997).

2.1.1. Fenomenologia de Alfred Schutz

A sociologia fenomenológica tem como propósito a descrição da estrutura universal das orientações subjectivas, considerando que as dimensões objectivas da sociedade se fundam sempre nesse quadro subjectivo utilizado para compreender os fundamentos do conhecimento na vida quotidiana. A teoria fenomenológica de Schutz (1979), influenciado por Edmund Husserl e Max Weber frisa que a consciência dos indivíduos existe quando é dirigida a um objecto e este sempre é objecto para alguém. Influenciado por Weber, Schutz (1979), é da opinião que a concepção subjectiva é importante critério na compreensão da conduta humana. Orientando-se em consonância com a matriz Weberiana, Schutz procurou enfatizar a dimensão da sociologia enquanto uma ciência da compreensão da acção social através da investigação dos processos cognitivos do conhecimento da vida quotidiana. Contudo, não deixou de *“apontar para a especificidade dos processos de cognição característicos de outras ‘realidades’, que podem ser vivenciadas pelo homem comum na medida em que se encontra em um outro ‘nível de tensão da consciência”* (Tavares, s/d).

A perspectiva fenomenológica de Schutz (1979), prioriza as experiências do ser humano em sua acção e interpretação do mundo da vida, isto é, a interpretação da realidade cognitiva incorporada aos processos de experiências humanas. O seu objectivo é o de desenvolver uma teoria subjectiva da acção humana que é vista como um processo fundamentado em função das motivações, tais como razões e objectivos, e guiado por antecipação na forma de planeamento e projecção.

A análise fenomenológica baseia-se essencialmente na compreensão que os actores sociais tem do real, isto é, permite-nos perceber a forma como a institucionalização de crianças e a representação sobre a família ganha uma visibilidade através do conhecimento a mão ou seja, conhecimento pré concebido para

podermos fazer a redução fenomenológica que é a pertinência do nosso trabalho. Assim a fenomenologia de Schutz será relevante para o nosso estudo porque tem na sua base a certeza de que determinados fenómenos são reais.

Portanto, para Schutz (1979) as coisas sociais só são compreendidas se puderem ser reduzidas às actividades humanas, e essas actividades só se tornam compreensíveis ao revelar as suas causas. Assim a fenomenologia trata, portanto, de *uma estrutura de significados na vivencia intersubjectiva da relação social face a face, entendendo que as acções sociais têm um significado contextualizado, de configuração social e não permanece individual* (Demartis, 1999:23).

Deste modo recorreremos à teoria sociológica fenomenológica de Schutz, por considerar que o estudo procura analisar uma realidade social do quotidiano, na qual esta teoria melhor se enquadra naquilo que expusemos nos parágrafos acima, aponta-nos que os indivíduos têm um estoque de conhecimento a mão do fenómeno ligado ao seu meio ou seja, conhecimento pré concebido do fenómeno. Os actores sociais são dotados de um corpo de conhecimento que fornecem as regras de conduta, para legitimar essa ordem social e, neste caso, as crianças institucionalizadas. E esta teoria nos ajudará na compreensão das causas ou influências das ideias dominantes da institucionalização de crianças, e as representações sociais que elas têm sobre a família e a maneira como elas fazem a interpretação do mundo em que vivem.

2.1.2. Representações Sociais em Serge Moscovici

A teoria das Representações sociais de Moscovici define as representações sociais como sendo aquela que compreende um sistema de valores, de noções e de práticas relativas a objectos sociais, permitindo a estabilização do quadro de vida dos indivíduos e dos grupos, constituindo um instrumento de orientação, da percepção e de elaboração de respostas, e contribuindo para a comunicação dos membros de um grupo ou de uma comunidade (Moscovici, 1997:8).

A primeira abordagem do conceito de representações sociais foi feita pelo Sociólogo Emille Durkheim (1898), no seu trabalho intitulado *“Représentations Individuelles et Représentations collectives”* (Valá, 1997).

Para Durkheim (1970), as representações são abrangentes para darem conta a produção do pensamento na sociedade. Segundo o autor, é a sociedade que pensa, ou seja, as ideias que são aparentemente de propriedade individual, só tem significado e são conscientes a partir do ponto de vista colectivo. Os

indivíduos e suas ideias, ou representações, sempre carregam a marca da realidade social de onde nascem e estabelecem os vínculos sociais com seus conviventes.

Acrescenta ainda o autor que estas representações são construções colectivas, a sua natureza depende directamente da maneira como a colectividade está organizada, da sua morfologia, de suas instituições religiosas, morais, económicas, etc. Deste modo, as representações tornam-se o espelho da organização social. Reforçando a distinção entre os mecanismos explanatórios utilizados para conduzir a análise das realidades individuais e colectivas. Foi através da perspectiva de Durkheim que Moscovici criou a teoria das representações sociais, partindo da premissa de que “*não existe um corte dado entre o universo exterior do indivíduo e o universo do indivíduo ou grupo*” (apud. Gomes et al. 2002: 209). O autor direcciona a sua perspectiva para as sociedades modernas, onde ocorrem mudanças económicas, políticas e culturais que traduzem um pluralismo acentuado.

A teoria de Moscovici é uma proposta aberta que permite o surgimento de várias possibilidades de interpretação social partindo do individual para o colectivo. As representações sociais devem ser entendidas como *fenómenos*, passíveis de serem elucidados como algo dado, e não apenas como um conceito que tem por finalidade apenas a explicação acerca de alguma coisa. A teoria das Representações Sociais, trata em especial, do senso comum compartilhado no quotidiano, e em extensão, ao impacto causado pelas ideologias propagadas pelo nível do universo reificado. Ainda como aponta Moscovici (2003:54), “*a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade*”.

Para Valá (1997), as representações sociais compartilhadas constituem-se em mecanismos de produção de um mundo, ao menos para quem o representa, de aparente estabilidade. A atribuição das causas motivadoras dos acontecimentos e processos que constituem a realidade tende a encaixar-se em nossos sistemas e modelos explicativos, que são produtos daquilo que acreditamos ser válido e verdadeiro, e que é o reflexo do ambiente social de ideias que alimentam a actividade do pensamento. A representação social, portanto, não é uma cópia nem um reflexo, uma imagem fotográfica da realidade: é uma tradução, uma versão desta. Ela está em constante transformação ou seja, é dinâmica, móvel ao mesmo tempo, diante das traduções e interpretações que executamos continuamente, e que fazem tornar-nos numa sociedade de sábios.

Em suma, a representação social ao ser produção simbólica destinada a compreender e balizar o mundo,

ela provém de um sujeito activo e criativo, tem um carácter cognitivo e autónomo e configura a construção social da realidade pois, a teoria da representação social é um produto típico dos nossos tempos e da transição paradigmática, e surge como nova ferramenta conceitual para analisar ângulos da realidade postos em pauta por novos olhares, provindos das lutas dos movimentos sociais, da criatividade e dos questionamentos no seio da ciência. Sua contribuição é inegável para atravessar questões sociais, sem perder de vista que, como toda produção cultural, também ela será modificada e superada por outras, que a complementarão e corrigirão com o passar do tempo e o avanço do conhecimento.

A teoria da representação social oferece um bom instrumento para a compreensão do ser humano na sua complexidade e abrem portas para avançarmos na caminhada para novas interpretações do social como a de, ter a criança como um ser capaz de dar seu ponto de vista em relação a problemas que lhe dizem directamente respeito. Essa teoria não surge desligada das realidades concretas, mas em estreita sintonia com elas, a exemplo do conceito de família que surge como uma construção ideológica para designar um determinado grupo com grau de parentesco.

A inquietação e o desconforto causados por tudo aquilo que é novo, ou incomum, tende a motivar a produção de representações. Sendo assim, as representações que criamos dos objectos ou acontecimentos com os quais nos envolvemos, são tentativas de dar continuidade lógica aos conceitos já incorporados ao nosso modelo de realidade, ou seja, a “descontinuidade” do desconhecido é substituída pela “continuidade” gerada pela ligação daquilo que é não-familiar, com o que temos de “familiar”, através das representações é na colectividade que as pessoas são entendidas, tornando-se, portanto, racionais. Ou seja, Fazendo uma ponte com a teoria fenomenológica de Schutz constatamos que existe uma relação entre essas duas teorias, na medida em que ambas usam a subjectividade para interpretação do mundo da vida, e para compreensão e interpretação do social devemos ter em conta as concepções, ideias e valores pré concebidas que Schutz chama de estoque de conhecimento a mão. De acordo com Franco (2004), nossos “conceitos” de mundo são produtos de uma cadeia de representações à qual recorreremos diante dos acontecimentos que ocorrem à nossa volta, e tais conceitos são, pelo menos em parte, compartilhados com o grupo social ao qual pertencemos.

Portanto, da teoria das representações sociais, na perspectiva de Moscovici, constatamos que esta nos oferece ferramentas importantes na busca de uma melhor compreensão que os actores sociais tem sobre a família (família de origem e o centro como nova família), como também nos oferece um significativo

instrumental teórico para pensarmos em ferramentas que objectivem a valorização efectiva do *universo consensual* do quotidiano sobre a família.

Ao resgatar e valorizar as percepções sobre a família, que é reflexo da vida quotidiana, falamos da busca de recordações relativas ao passado que por vezes não são agradáveis. Dessa forma, a constituição das representações sociais partilhadas pelos grupos sobre a família depende do contexto de inserção e das experiências de vida.

2.2. Quadro Conceptual

Depois de feito o enquadramento teórico, neste subcapítulo propusemo-nos a descrever e explicar os principais conceitos que acompanham e que, de certa forma, ajudam na clarificação do nosso tema em estudo – *representações sociais, família, criança institucionalizada, vulnerabilidade social e rendimento*.

2.2.1. Representação Social

O conceito de representação social formaliza uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos, ou seja, as representações são construções cognitivas que se referem à ideia ou imagem que temos das coisas que nos rodeiam e que elaboramos através das informações e das imagens que nos fornece o mundo social que nos rodeia.

Para Cavalcanti (1998), os nossos “conceitos” de mundo são produtos de uma cadeia de representações à qual recorreremos diante dos acontecimentos que ocorrem à nossa volta, e tais conceitos são, pelo menos em parte, compartilhados com o grupo social ao qual pertencemos. O conceito de representação social permite-nos compreender como se estruturam as relações simbólicas e da comunicação dentro dos campos do conhecimento grupal, ou seja, vai nos permitir ver qual a imagem que as crianças institucionalizadas tem em relação a família, quais as funções que elas atribuem a família e quais são os papéis que a família deve desempenhar, isto é, as representações referem-se as relações que os sujeitos estabelecem com os objectos, relações estas que são a comunicação ou interacção entre os indivíduos, todas estas estabelecidas com base no uso da mesma linguagem (Cavalcanti, 1998:30).

Desta forma, para o nosso trabalho iremos nos cingir no conceito de Moscovici (2003), que nos dá uma definição essencial do que seriam as representações sociais. Ou seja, de acordo com este autor, as

representações sociais são “*sistemas de preconceções, imagens e valores que têm seu significado cultural próprio e persistem independentemente das experiências individuais*” (2003:13). Para o autor, as representações sociais devem ser entendidas como *fenómenos*, passíveis de serem elucidados como algo dado, e não apenas como um conceito que tem por finalidade apenas a explicação acerca de alguma coisa.

O conceito de representação social nos permitiu compreender as diversas concepções, percepções e ideias que as crianças institucionalizadas têm sobre a família de origem e o orfanato como nova família, sem deixar de lado as causas da sua institucionalização.

2.2.2. Família

As representações sociais são de facto muito importantes nas significações e interpretações que damos aos aspectos socialmente construídos, um dos aspectos neste caso é a concepção de família. Esta concepção é vista sob varias perspectivas como social, cultural e económico. A família é, então vista como, o alicerce de um desenvolvimento equilibrado e saudável a todos os níveis (cognitivo, sensorial, emocional), constituindo uma base para as aprendizagens².

Segundo Goleman (1995), “*a vida familiar é a nossa primeira escola de aprendizagem emocional*”. Assim, uma criança que cresce numa família afectiva e estruturada, em que sente conforto e protecção, consegue desenvolver uma auto-confiança e um sentimento de segurança em relação a si mesma e aos que a rodeiam.

De acordo com Balancho (2004), o primeiro contacto que a criança estabelece com o mundo ocorre através da família. É com a família que se estabelecem os primeiros laços, as primeiras relações e se adquire um conjunto de valores sociais, culturais e emocionais que influenciarão as relações interpessoais e as competências individuais do sujeito.

Para Sarti (2000), não existe dúvida de que a família, na história dos agrupamentos humanos, é o que precede a todos os demais, como fenómeno biológico e como fenómeno social, motivo pelo qual é preciso compreendê-la por diferentes ângulos (perspectivas científicas), numa espécie de “*paleontologia social*”. O autor acrescenta ainda que o ser humano supõe-se nascido inserto no seio familiar, estrutura básica social de onde se inicia a moldagem de suas potencialidades com o propósito da convivência em

² Goleman (1995:21)

sociedade e da busca de sua realização pessoal. O normal é que na família se sucedam os fatos elementares da vida do ser humano, desde o nascimento até a morte.

No entanto, além de atividades de cunho natural, biológico, também é a família o ponto de partida fecundo para fenômenos culturais, tais como as escolhas profissionais e afetivas, além da vivência dos problemas e sucessos³. Frisa ainda que é nesta ambientação primária que o homem se distingue dos demais animais, pela susceptibilidade de escolha de seus caminhos e orientações, formando grupos elementares onde desenvolverá sua personalidade, na busca da felicidade aliás, não só pela fisiologia, como, igualmente, pela psicologia, pode-se afirmar que o homem nasce para ser feliz. Para além destes autores já referenciados acima, outros autores como August Comte, Anthony Giddens, trabalharam também com o conceito de família.

Para o nosso trabalho vamos nos cingir na visão de Giddens (2008), que olha a família como *“um relacionamento baseado na comunicação emocional, em que as recompensas derivadas de tal comunicação são a principal base para a continuação do relacionamento”*. Para o autor existem elementos que constituem a família como, o relacionamentos afetivos, a amizade e a relação estabelecida entre pais e filhos. Portanto, Giddens define família como *um grupo de pessoas unidas directamente por laços de parentesco, no qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças* (Giddens, 2008:175).

O conceito de família é o fenômeno humano em que se funda a sociedade, sendo impossível compreendê-la, senão à luz da interdisciplinaridade, máxima na sociedade contemporânea, marcada por relações plurais, aberta e multifacetárias e, é o primeiro elemento família socializador a garantir e a satisfazer as necessidades básicas da criança, sejam elas físicas (alimentação, higiene, saúde, abrigo e protecção contra o perigo) ou sócio - emocionais (interacção, afecto, atenção), como também é ela a fonte primária de ameaça para a criança. Esta visão adulto cêntrico em relação á criança, isto é, a ideia de que a criança sem a família ou sem um adulto é ser incapaz de cuidar de si mostra de certa forma, a importância que a família tem e exerce durante o processo de socialização da criança.

2.2.3. Crianças Institucionalizadas

A família constitui a instituição base no processo de socialização da criança. Sendo assim, o outro conceito que deve necessariamente ser abordado neste trabalho é a criança institucionalizada, que

³ Sarti, (2000:32)

constitui um dos palcos da nossa pesquisa. Para melhor percepção procuramos a prior trazer de forma geral a concepção de criança, para depois.

Sendo assim, muito recentemente a criança começou a ser concebida como um actor activo, com poder de decisão e acção próprio. Por exemplo, no que se refere à *socialização*, encontramos em Durkheim (2002) a noção de transmissão de um «património comum» que era assimilado passivamente pelo socializado. Esta ideia da criança como um ser passivo e logo, inadequado enquanto objecto de estudo da sociologia perdurou durante bastante tempo. Contudo, nos dias de hoje, já se tem em conta que a criança é também e, sobretudo, um ser activo, e que apesar de interiorizar um «*habitus* de classe» que não é, nem comum, nem institucionalizado, mas dependente do património de cada um, consegue estabelecer um certo equilíbrio entre os constrangimentos a que está sujeito e as suas disposições subjectivas.

A criança que cresce privada do conforto e afecto transmitidos pela família poderá não desenvolver do mesmo modo a sua auto-estima, e faltar-lhe uma base segura que lhe permita estabelecer relações interpessoais estáveis e equilibradas com os outros. Esta privação poderá também comprometer o seu desenvolvimento a vários níveis. As crianças institucionalizadas são crianças que, para além de uma privação familiar, vivenciaram sentimentos de abandono e rejeição, o que se poderá reflectir nos seus comportamentos e formas de relacionamento com os outros. Antes de definirmos o conceito criança institucionalizadas, julgamos ser necessário clarificar o conceito em análise, primeiro explicar ou definir o conceito de criança e segundo o de criança institucionalizada.

Assim, de acordo com a legislação moçambicana era possível conceber, objectivamente, três categorias de crianças:

Criança menor de dezasseis anos de idade (legalmente inimputável), criança maior de dezasseis e menor de dezoito anos (criminalmente imputável com pena diminuída e civilmente inimputável) e criança maior de dezoito anos e menor de vinte e um anos de idade (criminalmente imputável e civilmente inimputável), (MCAS, 1994:6.).

Mas com a adesão de Moçambique a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, passou-se a considerar criança o indivíduo com menos de dezoito anos. A convenção no seu artigo primeiro diz que “*considera-se criança, todo ser humano menor de dezoito anos de idade, salvo se nos termos da lei que lhe for aplicável, a maior idade for atingida mais cedo*” (Ministério de Coordenação da Acção Social, 1999: art. 1). Estes elementos objectivos e legais definem o que é uma criança “normal”,

em situação normal. E é a partir destes que se identificam outras crianças em situações “não – normais”.

Segundo Save The Children (2003), falar de *criança* pode significar incapacidade biológica e/ou psicológica de um indivíduo, de realizar determinado tipo de actividades classificadas, sociológica e/ou legalmente, como sendo de adultos ou de “não - crianças”, e por essa razão não se deve atribuir a criança tal responsabilidade. O conceito de *criança* não está ligado a uma idade específica, sendo determinado por um conjunto de transformações de carácter mental por ser vista como “um grupo social específico, detentor de um conjunto complexo de práticas e representações próprias e características e que é capaz de intervir socialmente através da autonomia que lhe é conferida pela sua própria experiência pessoal”.

A UNICEF (2001), é da opinião que as crianças mais do que qualquer outro grupo social, são as principais vítimas da violência e negligência nas suas sociedades, comunidades e famílias e “sofrem um maior risco de vitimização por diversas razões, incluindo, (i) *a sua dependência dos adultos*; (ii) *a sua relativamente pequena estatura e*; (iii) *a tolerância legal generalizada pela vitimização*”.

No que concerne a concepção *crianças institucionalizadas*, esta faz parte dos setes grandes grupos básicos de crianças em situação de risco e vulnerabilidade apresentados pela UNICEF e o *United Nations Center for Human Rights* (2001).

Para o nosso trabalho e para o fenómeno em análise optamos em usar a definição de Langa (1993), que define a criança institucionalizada como sendo um grupo de crianças desprovidas de meio familiar, que atingem o desenvolvimento pleno e harmonioso da sua personalidade num ambiente de amor e compreensão, através da sua integração numa nova família que são os centros de acolhimento, e adopção.

Deste modo, operacionalizando o conceito criança institucionalizada constatamos que é um fenómeno que abrange apenas a crianças que se encontram em situação de risco, como crianças vítimas de maus tratos, crianças de rua, crianças sem-abrigo, entre outros. E a integração numa instituição (centros de acolhimentos como orfanatos e infantários) é o meio pelo qual elas encontram para a sua sobrevivência e protecção do mal que passou, ou seja, um espaço em que encontram tudo aquilo que elas precisam como: protecção, amor, carinho e conforto. E estas crianças fazem da instituição o seu novo lar e família. As crianças institucionalizadas são, então, uma população com enormes carências emocionais básicas, com grande necessidade de atenção, conforto familiar, estimulação e afecto. Sendo assim, achamos pertinente definir o conceito vulnerabilidade, visto que a maior parte de crianças que recorrem a institucionalização

se encontram em situação de vulnerabilidade.

2.2.4. Vulnerabilidade Social

Segundo Buchalla (2002), o conceito de *vulnerabilidade social*, no plano social, está relacionada há aspectos sociopolíticos e culturais combinados, como o acesso a informações, grau de escolaridade, disponibilidade de recursos materiais, poder de influenciar decisões políticas, possibilidades de enfrentar barreiras culturais, é usado em contraposição de “*grupos de risco*”. Enquanto a noção de grupos de risco tende a individualizar e personificar a diversidade vivida, relacionando-a simplesmente a uma questão de conduta, a perspectiva de vulnerabilidade social propõe-se a entendê-la como resultado de um processo social que remete a condição de vida e aos suportes sociais.

Para Malvasi (2008), a vulnerabilidade está associada a alguns aspectos negativos, como por exemplo: a falta de garantia dos direitos e oportunidade nas áreas de educação, saúde e protecção social, o envolvimento com drogas e com situações de violência (domestica e comunitária), a situação de rua, o trabalho infantil, entre outros.

Na perspectiva de Aires (1996), a vulnerabilidade social pode ser definida como um espelho das condições de bem-estar social, que envolvem moradia, acesso a bens de consumo e graus de liberdade de pensamento e expressão, sendo tanto maior a vulnerabilidade quanto menor a possibilidade de interferir nas instâncias de tomada de decisão.

Diante ao exposto acima, podemos afirmar que a vulnerabilidade social está relacionada a vários factores (individuais e contextuais) que aumentam a probabilidade de um resultado negativo no desenvolvimento e, implica assim, uma maior susceptibilidade das pessoas e agravos e as potenciais de adoecimento. Para além disso, a vulnerabilidade social resulta de uma relação entre a posse limitada de bens materiais e estratégias (individuais, familiares e sociais) que tem a ver com a situação de vida num determinado contexto através dos seguintes aspectos: situação de acesso aos serviços sociais como a saúde, escola, habitação, entre outros, por parte das pessoas de diferentes extractos sociais e a qualidade dos serviços deve ser uniformes. Por exemplo: a situação actual das crianças em situação de pobreza extrema (sem abrigo, sem comida, sem oportunidade de ir a escola, ...) encontra nos centros de acolhimento o alívio das necessidades básicas e a sua sobrevivência.

Desta forma, falar de vulnerabilidade em Moçambique pressupõe falar da renda, visto que, olhando para o

problema do nosso estudo que é *criança institucionalizada*, a maior parte das famílias se encontram na situação de insuficiência de renda ou seja, sem condições economicamente instável. Sendo assim, achamos que é pertinente desenvolver o conceito rendimento que se vai aprofundar de seguida.

2.2.5. Rendimento

Não se pode falar de rendimento sem se falar de renda. Sendo assim, iremos abordar a questão de renda na perspectiva de Keynesiana, que define **renda** como sendo a soma dos rendimentos pagos aos factores de produção para obter o produto num determinado período, composto por alugueis, lucros, salários e juros. E todas as somas das rendas são recebidas pelos proprietários dos factores de produção utilizados durante o ano, ou seja, o custo dos factores, salários e ordenados, juros, alugueis, lucros mais as transferências do Governo para o sector privado (subsídios e pensões)⁴.

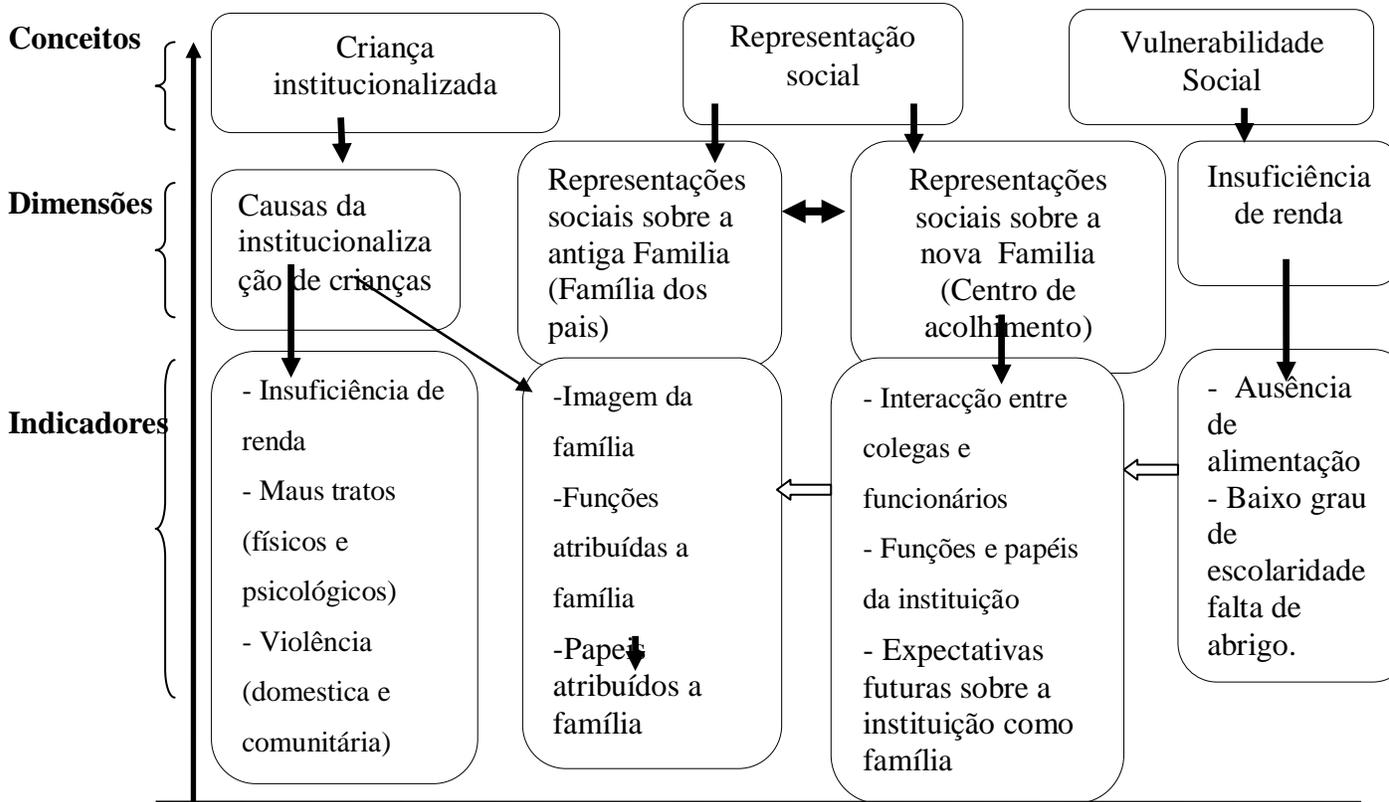
Segundo Murteira (1995), são vários os autores que definem o conceito rendimento, mas estes definem-na na perspectiva economicista, significando deste modo, “*como um acto ou efeito de render ou lucrar*”.

Operacionalizando o conceito rendimento, constatamos que está relacionada a factores económicos que aumentam a probabilidade no desenvolvimento da institucionalização de crianças, visto que a insuficiência de renda é uma das principais causas da existência do fenómeno em análise (criança institucionalizadas); a maior parte dessas crianças vem de famílias sem renda mensal fixa, visto que a fonte de rendimento destas famílias é sector informal de baixo nível como, por exemplo, a venda de água, de frutas, maçarocas, entre outros.

⁴ Murteira, (1995:5)

2.3. Modelo de análise

Neste subcapítulo apresentamos o modelo de análise que consiste na operacionalização dos conceitos.



Depois de termos feito o enquadramento teórico e conceptual, e o respectivo modelo de análise; em que no enquadramento teórico apresentamos as teorias base que iremos usar durante o nosso trabalho (a teoria fenomenológica e a de representações sociais); no enquadramento conceptual, apresentamos os conceitos chave do nosso trabalho. E no modelo de análise que consistiu na operacionalização de conceitos. Sendo assim, no capítulo que segue iremos apresentar a metodologia desenvolvida no trabalho para a recolha de dados.

Capítulo III: Metodologia

Nesse capítulo serão descritos os procedimentos metodológicos adoptados para a elaboração desta pesquisa. Em seguida serão apresentadas as técnicas e os procedimentos adoptados na selecção e aproximação dos participantes do estudo. E por último, apresentamos os constrangimentos encontrados no processo de recolha de dados.

3.1. Métodos de investigação

Em termos metodológicos e quanto ao tipo, este é um estudo de carácter qualitativo, na medida em que a pesquisa qualitativa permite-nos obter o máximo de informações com o máximo de profundidade possível. De acordo com Lakatos (1999), a pesquisa qualitativa defende o carácter construtivo interpretativo do conhecimento, o que implica compreender o conhecimento como produção e não como apropriação linear de uma realidade que se apresenta. Pois, quando nos aproximamos de uma realidade, formamos um novo campo de conhecimento, porque as praticas são inseparáveis dos aspectos sensíveis dessa realidade. Neste caso, fizemos uso desta recorrendo às técnicas de entrevista e das História de Vida que, *possibilitam ao indivíduo reconstruir eventos da vida e atribuir significado a eles por meio da elaboração de uma narrativa; onde há liberdade de reflectir e repensar sua própria história* (Demartis, 1999:47)

A primeira parte consistiu na recolha de informações, através da revisão bibliográfica relacionada com o fenómeno em estudo, análise de debates e conferências relacionados com a problemática da criança em situação de vulnerabilidade que nos permitiu adquirir informações mais detalhadas sobre os conceitos de *criança em risco, maus tratos, situação de pobreza* e sobre as políticas e medidas de protecção à infância vigentes em Moçambique.

Após a revisão da literatura, elaboramos o quadro teórico em que adoptamos a teoria Fenomenológica e a de Representação social para a realização da nossa pesquisa, estes que consistem no posicionamento e localização da consciência subjectiva nos espaços sociais, com o sentido de constituir percepções por parte dos indivíduos a partir do senso comum. Este posicionamento é possível através das ideias, percepções e imagens que os actores sociais têm sobre a realidade ou o quotidiano. Depois, foi elaborado o instrumento de recolha e análise de dados empíricos no centro orfanato 1º de Maio através de

entrevistas exploratórias dirigidos aos responsáveis do orfanato, histórias de vida dos objectos em análise (criança institucionalizada) e a observação directa com registo em diário de campo.

E por ser um método que permite o pesquisador tentar construir um pensamento teórico diferente do modo de pensar positivista, superando a dicotomia subjectividade-objectividade. Partindo deste princípio, algumas considerações a cerca da pesquisa qualitativas serão pontuadas.

Em termos de abordagem, quanto ao método de abordagem optamos pelo método indutivo, visto que a indução parte do particular para o geral e, a ideia neste estudo era a de, a partir de uma análise de amostra pequena, depois generalizar os resultados.

Quanto às técnicas, a sua construção para a recolha de informação foi elaborada com base em “ferramentas metodológicas que procurassem ser permeáveis às especificidades do grupo social da infância e às particularidades de cada criança enquanto actor social pleno”.

Especificamente, optamos por combinar duas técnicas, que junto se complementam para a recolha da informação que pretendíamos. Por um lado, aplicamos as *histórias de vida* às crianças do centro, para obtermos informações mais enriquecidas, procuramos dar a voz às crianças e como forma de obtermos a vida passada e presente das crianças.

Recorremos também à *observação participante*, como forma de deixarmos as crianças mais a vontade connosco, por se tratar de actores que, pelas suas características específicas, se poderiam aborrecer-se e cansar-se facilmente, as histórias de vida foram elaboradas com recurso a brincadeiras como jogar futebol, bilhar e brincamos com bonecas, só assim que foram mantendo viva a curiosidade e a atenção e que serviram também para despoletar novas ideias e observações inesperadas, originando uma reorganização quase constante do modelo de análise. E entrevista ao responsável do centro.

Elaboramos um guião de perguntas para nos direccionar na recolha de informações para elaboração das histórias de vida. Uma parte do guião foi elaborado com base na dimensão representacional e contém questões relativas a ideias, imagens e concepções que as crianças constroem sobre a família, olhando para as causas da sua exclusão na família de origem. A outra parte do mesmo guião é composta por uma secção referente ao perfil das crianças. Outra técnica utilizada nesta pesquisa, como meio complementar de recolha de informação, foi a *análise documental* dos processos das crianças. A dimensão representacional contém questões relacionadas as concepções e ideias que as crianças constroem sobre o

orfanato como sua nova família, com isto pretendemos buscar as representações socialmente partilhadas sobre a família, aquelas representações que as crianças constroem em função do quotidiano.

3.2. População / Amostra

O grupo alvo do nosso trabalho é 10 crianças institucionalizadas do Centro Orfanato 1º de Maio na província de Maputo com idades compreendidas entre os 8 aos 16, a recolha de informação deste grupo alvo foram as histórias de vida.

Para a colecta de informação foi usado entrevista ao responsável do centro orfanato por ser o fundador do centro e com finalidade de recolhermos informações a respeito das causas que levam as crianças a morarem no orfanato e as percepções sobre a família.

3.3. Critérios de Amostragem

Para uma melhor compreensão da realidade das crianças institucionalizadas, dos critérios utilizados para a definição do seu projecto de vida, foi efectuada uma entrevista exploratória ao responsável do centro orfanato em análise e histórias de vida a 10 crianças.

O nosso trabalho de campo durou cerca de 3 meses. Durante o primeiro mês fizemos contactos com os responsáveis do centro para a aproximação e conhecimento do funcionamento do centro. Estes contactos tinham como objectivos ganhar a confiança dos responsáveis para depois irmos ao encontro do nosso grupo alvo (as crianças).

No segundo mês, conseguimos ter o primeiro contacto com as crianças. Durante este período fizemos brincadeiras com as crianças de modo a tentar deixa-las mais a vontade e para conseguirmos ver quais as crianças poderiam dar prosseguimento no nosso trabalho. Com essas brincadeiras conseguimos ganhar confiança de quase todas as crianças, mas apenas 10 foram a nossa amostra com idades compreendida entre os 8 aos 16, a selecção destas amostra deveu-se pelo facto destas terem disponibilidade, por serem mais espertos e porque tem uma capacidade discursiva melhor para responder de forma clara a questões que lhes dizem directamente respeito.

3.4. Constrangimentos da pesquisa

Durante a realização do trabalho de campo enfrentamos os seguintes constrangimentos:

Na realização deste trabalho, o primeiro constrangimento que tivemos foi a recusa de inúmeras instituições aceitarem este tipo de investigação com as suas crianças.

Apesar de garantir o anonimato da instituição e das crianças se assim o desejassem e de evidenciar as vantagens que a própria instituição poderia obter de um conhecimento mais aprofundado sobre as opiniões e desejos das crianças que acolhia, muitas foram as instituições que se recusaram.

As crianças com idades inferiores aos dez (10) anos apresentavam dificuldades ao responder as questões relativas as concepções e ideias que têm sobre a família, eis a razão desta faixa etária não constar nas transcrições feitas na secção da apresentação dos resultados. Outro constrangimento tem a ver com a fase emocional associada a temática.

Como o objectivo principal deste trabalho é analisar as causas da institucionalização de criança e especificamente analisar as diversas representações sociais dos actores que lidam com crianças institucionalizadas e das próprias crianças, tornou-se necessário penetrar num universo carregado de memórias e emoções bastante perturbadoras. Revelou-se assim necessário um cuidado acrescido com as conversas e questões colocadas às crianças de forma a minorizar os efeitos negativos que poderiam ser provocados pela própria dinâmica da investigação, sendo assim, procuramos fazer algumas brincadeiras enquanto conversávamos com a finalidade de distraí-los, depois da brincadeira fizemos um lanche, e enquanto lanchávamos procuramos fazer algumas questões que achamos que não foram devidamente respondidas.

Terminado o trabalho de campo, seguiu-se à fase da apresentação, análise, interpretação e discussão dos dados recolhidos e a elaboração do presente relatório.

Capítulo IV: Apresentação, Análise e Interpretação dos Resultados

No presente capítulo apresentamos a análise, interpretação e discussão dos dados recolhidos durante o trabalho de campo. O capítulo será composto por cinco subcapítulos, nomeadamente, a apresentação dos resultados recolhidos (que inclui a caracterização do campo de estudo, as entrevistas e histórias de vida), de seguida a análise, interpretação e discussão destes resultados (o perfil sócio - demográfico das crianças, as motivações da institucionalização de crianças e as representações sociais sobre a família e sobre o centro orfanato como sua nova família, a interação diária das crianças com os outros actores que cuidam do seu dia-a-dia (os responsáveis do centro).

No que se refere ao tratamento dos dados, foi efectuada uma análise de conteúdo das histórias de vida das crianças através de uma análise temática vertical, ou seja, analisando profundamente cada história de cada criança *per si*, procurando a explicação para as questões levantadas a um nível singular e posteriormente foi efectuada uma análise de conteúdo horizontal, na expectativa de estabelecer comparações, relações e tipologias entre as histórias apresentadas.

4.1. Estudo de Caso: Centro Orfanato 1º de Maio

A província de Maputo têm muitos centros de acolhimentos, cada um deles recebe crianças em diferentes situações, mas a maior parte destes centros são “centro dia”, que visam acolher crianças em um determinado período (creches, centros de reabilitação, centro de caridade, etc). Existem centros como os de caridade e de reabilitação, acolhem crianças deficientes, crianças com doenças crónicas (HIV/SIDA, Tuberculose), crianças com distúrbio mental e até mesmo crianças que estão perdidas. A duração do acolhimento depende da forma como estas crianças respondem ao tratamento proporcionados por estes tipos de centros, por vezes ficam durante um ano e até mesmo dois anos.

Alguns centros como o de reabilitação fazem um acompanhamento as famílias como forma de poder reintegrar as crianças após feito o tratamento, e para que estas se sintam seguras e protegidas nas suas famílias.

Da nossa observação, constatamos que a existência de orfanatos na província e cidade de Maputo é escassa, porque notamos que várias são as crianças que se encontram sem abrigo, e poucas são as que aceitam viver nos orfanatos. E dos orfanatos existentes alguns abrigam crianças em tempo parcial como

finais de semanas, isso deve-se a não existência de condições financeiras para o abrigo destas a tempo inteiro, notamos ainda que a condição da criança em situação de vulnerabilidade só se torna pública e se debate no mês de Junho, por ser o mês considerado da criança, é neste período que elas têm privilégio de serem dadas voz para poderem expressar o que sentem, o que querem e o que pensam.

O Centro Orfanato 1º de Maio localiza-se na Província de Maputo, concretamente no distrito de Boane. Foi construído no ano 2000, inicialmente com material local e tinha apenas um quarto para as crianças dormirem e uma sala.

Nessa época era um centro com finalidades de acolher apenas crianças carentes pertencentes ao Distrito de Boane, crianças cujos pais morreram vítimas de HIV/SIDA, crianças que com a morte dos pais as famílias as abandonaram tirando delas até a casa. O centro estava constituído por 10 pessoas das quais 2 eram os responsáveis e os restantes 8 eram crianças, onde 2 eram do sexo feminino e as restantes 6 eram do sexo masculino.

A maior parte das instituições de acolhimentos são constituídas por dormitórios onde são albergadas inúmeras crianças, ficando sob protecção de funcionários que tem que se desdobrar para tentar fazer face a todas elas. O Centro Orfanato 1º de Maio descarta-se por ser um centro orfanato que alberga o maior número de crianças com idades compreendidas entre os zero aos dezasseis anos de idade.

Actualmente o centro transformou-se numa família grande, com 4 departamentos; um é escritório inclui a sala de atendimento ao público que funciona de segunda à segunda das 8 horas às 12 horas e das 14 horas às 18 horas. Inclui ainda um dormitório para os responsáveis; tem cerca de quatro (4) dormitórios para as crianças. A distribuição das crianças pelos dormitórios é feita de acordo com as idades e sexos. Sendo assim existe um dormitório para crianças dos zero aos dois anos de (ambos os sexos), um dormitório para meninas e dois dormitórios para os rapazes.

Existem cerca de seis (6) pessoas que se encarregam no funcionamento do centro como uma família com regras instituídas, em que cada um deve se esforçar por cumprir as suas funções de membro desse núcleo que é um lar. Há desta forma a criação de um sentimento de pertença, protecção, satisfação de necessidades básicas e afecto.

As crianças a partir do momento em que entram na instituição não ficam confinadas a um mesmo espaço, para além de pertencerem ao centro, frequentam em escolas públicas, até mesmo serviços disponíveis

pela comunidade envolvente (limpeza da casa, ajuda a lavar a loiça, e muito mais).

O centro acolhe actualmente cerca de 100 crianças, dentre elas 20 do sexo feminino e os restantes 80 do sexo masculino sem olhar para a proveniência. Especificamente, este centro acolhe crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade, as que sofrem maus-tratos, violências (física, psicológica) comprovadas, crianças órfãos, entre outros. Este centro constitui uma alternativa prioritária para as crianças vulneráveis do país inteiro e principalmente da Província e Cidade de Maputo.

O centro é frequentado maioritariamente por crianças provenientes da Província e Cidade de Maputo; nas palavras do director do centro percebe-se esse facto porque, segundo este:

Quando o orfanato foi construído era para beneficiar órfãos só do Distrito de Boane, mas ao contrário de beneficiarmos os mais próximos, beneficiamos também todas as crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade sem olhar para a proveniência mas sim as dificuldades que elas estão a passar; procuramos trazer para estas crianças abrigo, comida e acima de tudo o amor, que muitas delas não têm (Responsável do centro).

4.2. Análise e Interpretação dos Resultados

4.2.1. Perfil sócio-demográfico dos Entrevistados

Neste subcapítulo vamos traçar um perfil sócio-demográfico das crianças, tendo em conta as histórias de vidas que dentro delas estão incluídas as suas características sociais, tomando em consideração a componente sexo, idade, o tempo de institucionalização e a proveniência social.

A primeira componente a analisarmos é o sexo. No decorrer da pesquisa para melhor análise a nossa amostra é constituída por um universo de dez (10) crianças, sendo seis (6) do sexo masculino e quatro (4) do sexo feminino como pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 2: Distribuição da amostra por sexo

SEXO	Nº DE ENTREVISTADO
Feminino	4
Masculino	6
Total	10

Como se pode constatar, a maior parte dos entrevistados são crianças do sexo masculino representando um total de seis (6) entrevistados contra quatro (4) do sexo feminino. Em relação a questão do baixo

número de crianças do sexo deve-se pelo facto, do centro orfanato 1º de Maio se constituir maioritariamente por crianças do sexo Masculino.

Outra componente a ser tomada em consideração é a idade, que pode ser analisada em termos de representatividade numérica de cada sexo, tendo em conta as idades da nossa amostra. Os nossos entrevistados tem idades compreendidas entre os seis (6) aos dezasseis (16) anos. Em relação a idade, a amostra encontra-se distribuída em quatro (4) crianças com idades abaixo de dez (10) anos e seis (6) crianças com idades acima dos dez (10) anos de idade. A tabela abaixo ilustra melhor os dados apresentados acima:

Tabela 3: Distribuição dos entrevistados por idade

IDADE	SEXO		TOTAL
	Masculino	Feminino	
6	1	-	1
8	1	-	1
9	1	1	2
12	-	1	1
13	1	-	1
14	-	1	1
15	1	1	2
16	1	-	1
Total	6	4	10

Como se pode verificar na tabela cima apresentada, a maior parte dos entrevistados encontram-se na faixa etária acima dos dez (10) anos de idade, que são no total seis (6) crianças.

No que concerne a componente proveniência dos nossos entrevistados que é a outra componente que deve ser tomada em conta no nosso estudo. A proveniência dessas crianças varia, o que poderá ser compreendida melhor na tabela abaixo:

Tabela 4: Distribuição dos entrevistados por proveniência

Sujeitos da amostra	Idades	Sexo		Proveniência
		Masculino	Feminino	
S1	6	X	-	Bairro do Hulene
S2	8	X	-	Inhambane
S3	9	X	-	Manhiça
S5	9	-	X	Boane

S6	12	-	X	Cidade de Inhambane
S7	13	X	-	Boane
S8	14	-	X	Gaza- Chibuto
S9	15	X	X	Bairro do Bagamoyo
S10	16	X	-	Bairro de Polana Caniço

O que se pode verificar na tabela acima é que estas crianças pertencem a vários grupos sociais, isto tendo em conta a variedade de proveniência demonstrada. Constatamos que maioritariamente, estas crianças provém de zonas periféricas como é o caso de, por exemplo, dos bairros de Hulene, Bagamoyo, Polana Caniço, do Distrito de Chibuto, Distrito de Boane e Manhiça. Apenas um provém da cidade de Inhambane.

Para além dos dados sócio-demográficos dos sujeitos, optamos também por incluir a categoria “tempo de institucionalização”, uma vez que ilustra o período de institucionalização a que muitas crianças estão sujeitas, além de ser um factor extremamente importante para o estudo em causa. A tabela abaixo ilustra o tempo de institucionalização dessas crianças:

Tabela 5: Distribuição do tempo de institucionalização dos nossos entrevistados

Sujeitos da amostra	Idades	Sexo		Tempo de institucionalização	
		Masculino	Feminino	Menos de....	Mais de....
S1	6	X	-	-	2
S2	8	X	-	-	5
S3	9	X	-	4	-
S5	9	-	X	-	7
S6	12	-	X	5	-
S7	13	X	-	-	6
S8	14	-	X	-	8
S9	15	X	X	-	5
S10	16	X	-	-	5

Como se pode constatar, a maior parte das crianças estão institucionalizadas a mais de cinco (5) anos, apenas duas (2) estão a menos de 5 anos, isto, mostra que estas vivem a muito tempo no orfanato.

4.2.2. Das motivações da institucionalização de crianças às representações sociais sobre a família

As motivações da institucionalização

O fenómeno criança institucionalizada é uma realidade no nosso País, várias são as motivações que norteiam e nortearam a sua institucionalização como os maus tratos, abandono, insuficiência de renda, entre outros.

A insuficiência de renda é uma das motivações que leva a institucionalização de crianças, isto deve-se pelo facto das famílias residirem nas periferias dos centros urbanos, onde a mãe assume o papel de chefe da casa, tendo como rotina os conflitos pela ausência de dinheiro, trabalho, saúde e educação, o que gera na convivência situações de miséria e exclusão, sendo assim em alguns casos as crianças passam a ser vistas como capazes de contribuir nas despesas familiares.

Pelo que constatamos, como já fizemos referencia acima, durante a recolha de dados varias são as causas que norteiam a institucionalização de crianças, remetendo para aquilo que se chama de motivos para e motivos porque, que seriam as evidencias que explicariam os acontecimentos⁵. Tendo em conta os depoimentos mais frequentes, o motivo ou causa primária que leva a institucionalização são os maus tratos (físicos e psicológicos).

Na tabela 6 encontra-se esquematizada o motivo de institucionalização, onde podemos aceder as suas subcategorias primárias e secundárias, bem como exemplos do discurso dos entrevistados, facilitando deste modo a compreensão das subcategorias encontradas.

Assim, a categoria principal do motivo da institucionalização, a maior parte das crianças inclui a subcategoria primária o reconhecimento da causa e apenas uma alega o não reconhecimento da causa da sua institucionalização.

Relativamente ao reconhecimento da causa, através das falas identificamos que os factores de exclusão estão ligadas á maus tratos (violência doméstica), influência de amigos, desestruturação familiar e falta de alimentação. E o maior número de crianças institucionalizadas é proveniente de famílias socialmente desfavorecidas que vivem em casas com condições precárias, e sem condições para compra de alimentos para as mesmas. Como já nos referimos acima, a base dessas famílias na sua maioria é o comércio informal de baixo custo (venda de frutas, maçarocas, entre outros).

Sendo assim, verifica-se a existência de maus tratos como o grande motivo pelo qual se procede a uma

⁵ Schutz (1979)

retirada das crianças no seu seio familiar. Além disso, a insuficiência de renda ou seja, as baixas possibilidades económicas sofridas por estas famílias justificam também a institucionalização destas crianças, tal como a presença de doença na família. A tabela abaixo ilustra taxativamente a questão das motivações da institucionalização de crianças.

Tabela 6: Discurso dos entrevistados sobre os motivos da sua institucionalização

Categoria primária	Subcategoria Primária	Subcategoria secundária	Exemplos do Discurso
Motivações da institucionalização de crianças	Reconhecimento da causa	Maus tratos (violência doméstica)	<p>(...) a minha mãe morreu comecei a viver com a minha tia, numa casa de caniço, sem energia, água tirávamos muito longe. Só que depois de eu viver com minha tia, ela começou a me maltratar, eu fazia tudo em casa, lavava pratos, varia quintal até cozinhava, mas depois de eu trabalhar não me dava comida, depois me batia muito. (S6)</p> <p>(...) então minha tia começou a dizer que eu roubei, me bateu muito, depois me amarrou com corda nas mãos, depois fiquei dois dias sem comer, depois me tirou cordas, eu fugi, depois foi me procurar me encontrou depois me levou para casa, começou a dizer que eu estou a fazer tudo aquilo para as pessoas pensar que ela custuma me fazer sofrer, eu depois comecei a ficar mas continuou a fazer sofrer de novo, então desta vez eu roubei dinheiro de verdade depois fugi...”(S8)</p>
		Influência de amigos	<p>“ (...)Eu cheguei aqui através do meu amigo que vivia na rua, disse para irmos brincar depois fomos chegar aqui no centro, ficamos muito tempo, começamos a ajudar trabalho depois comecei a gostar, porque tinha comida, brincava. Na minha casa vivia bem quando minha mãe vivia com meu pai, tínhamos</p>

			<i>comida.”(S5)</i>
		Desestruturação familiar	<i>“(…) meu pai nos abandonou foi ficar com outra mulher, minha mãe está doente, nossa casa é muito pequenina, sem energia, minha mãe vende no mercado, as vezes vende maçaroca, as vezes vende frutas, mais outras muitas coisas.</i>
		Falta de alimentação	<i>(…) fui ficar com minha tia, eu fazia tudo em casa, tirava água muito longe, quando acordar estava a varrer quintal, estava a cozinhar, estava a ir vender badjias mas quando voltar não me dava comida, depois de trabalhar muito quando voltar não restava comida..”,(S2)</i>
	Não reconhecimento da causa	Entrada prematura no orfanato	<i>(…) eu não sei porque vim ficar no centro enquanto ainda era bebê</i>

Com alguns discursos apresentados na tabela acima, constatamos que, várias são as causas apresentadas por estas crianças e a maioria alega os maus tratos e a falta de rendimento mensal como causa central, pois estas crianças vem de famílias com condições escassas para a sobrevivências, a maior parte destas crianças, as famílias de origem vivem em casas não melhoradas, sem energia, a base de renda é o comércio informal.

Das causas acima apresentadas, a que afirmar que foram referidas outras causas como, por exemplo a de S9 com 15 anos de idade, que refere “...*minha mãe está viva mas não gosta de mim, me batia muito dizia que eu já sou grande por isso já posso trabalhar para ajudar em casa, eu ia no mercado carregar sacos para em casa, quando leva dinheiro para casa dá mamã mas não dava comida (...)*”.

As experiências negativas vividas por estas crianças como, os maus tratos físicos e psicológicos, violência física e psicológica, a falta de alimentação, o abandono por pelo menos um dos progenitores, na maioria dos casos formam uns dos factores que influenciaram na separação das famílias biológicas.

As experiências vividas têm influências e implicações a dois níveis das representações sociais: a nível socioeconómico e a dos sistemas de orientação⁶. Sendo assim, constatamos que a separação dessas

⁶ Moscovici, (1997)

crianças não resulta de um único factor mas de um conjunto de factores complexos (sociais, económicos, culturais) que causa efeito uns nos outros, criando-se um ciclo de problemas.

Cinco das crianças entrevistadas, quatro com idade inferior a 10 anos e uma acima dos 10 anos de idade, detectam-se problemas de dependência alcoólica dos pais, e as restantes crianças com problemas como perda dos pais. Relacionando todas estas problemáticas com os níveis de escolaridade destas famílias, com as profissões e meios de vida dos progenitores e com a forma completamente desestruturada como vivem, consegue-se facilmente perceber que se trata de famílias socialmente desfavorecidas que vivem, na maioria das vezes, em exclusão social, sem qualquer rede de apoio, quer familiar, comunitária ou institucional.

De uma forma geral, notamos que as problemáticas que estão na origem da exclusão e institucionalização destas crianças são os maus tratos (físicos e psicológicos), abandono e outras situações de perigo.

Representação social sobre a família

Esta categoria apresenta as concepções e ideias que as crianças institucionalizadas têm sobre a família. Nesta secção, também estão presentes as actividades que elas desenvolvem no centro e o grau de integração delas no centro.

As representações sociais que as crianças institucionalizadas têm sobre a família constituem a forma como o sujeito de certa forma constitui, reconstrói um sistema cognitivo, de modo a adequá-lo aos seus sistemas de valores, o qual, por sua vez, depende de sua história e do contexto social, e ideológico no qual está inserido. Com isto quer dizer que, as representações sociais que as crianças institucionalizadas têm sobre a família, são influências das suas vivências e experiências por elas vividas. A família representa um espaço de afecto por eleição, e a palavra família evoca naturalmente em todas elas a memória dos que os são queridos e com quem partilharam a vida.

Constatamos também que as representações sociais sobre a família que as crianças institucionalizadas têm são positivas, pois estas olham para a família como a instituição que representa o espaço em que o apoio emocional é o elemento mais importante (ver depoimento na tabela 7). E outras crianças apresentam sentimentos negativos, pois estas dão os seus depoimentos olhando para as situações sofridas nas quais elas passaram (ver depoimento na tabela 7). E outras apresentam depoimentos que têm a ver com a genética (ligação sanguínea).

A tabela 7 mostra de forma detalhada os exemplos de discursos das crianças em relação as representações sociais sobre a família.

Tabela 7: Discursos sobre as representações sociais das crianças institucionalizadas sobre a família

Categoria principal	Subcategoria Primária	Subcategoria secundária	Exemplos de discursos
Representações sócias sobre a família	Sentimentos positivos	Sentimentos emotivos (amor carinho, protecção,)	S7: ... família para mim é aquele que te dá carinho, comida, que conversa com os filhos quando errar... S8:..família para mim é aquele que dá amor, carinho... S10: família para mim é aquele que dá amor, conversa com as crianças, dá sítio para dormir e principalmente protecção.
	Sentimentos negativos	Situações vividas	S4:... família é aquele que deixa as crianças falar, não bate, dá comida e sitio para dormir...
	Genética	Ligação sanguínea	S9: "...Para mim família é aquele que tem mesmo sangue, que te dá comida, que te dá amor, aquele que tem conversa com as crianças quando falhar... S6: ...Para mim família é aquele que tem mesmo sangue (irmãos, pai, mãe, avó, titios e mais primos) ...

De um modo geral, para estas crianças a família representa uma grande importância. E as representações sociais que as elas constroem sobre a família são fruto das causas ou motivações, que as levou a sua institucionalização. Em que umas referem família como “aquela que não bate, dá comida,” isto mostra que estes aspectos são os que as levou a exclusão da família de origem. Outro aspecto tem a ver com, “a família é aquela que dá amor, carinho, protecção”, isto indica que estas tinham em falta esta parte emotiva. Podemos constatar que as experiências vividas no seio familiar e o estoque de conhecimento que as crianças têm fazem com que criem concepções, ideias para dar significado ou pré noções que lhes foi instituído sobre a família.

Sendo assim, constatamos que as crianças institucionalizadas dão seus significados, concepções e ideias daquilo que a família representa para elas, tendo em conta um conhecimento prévio que lhe é beneficiado pelo contexto na qual está inserida.

Deste modo, as representações sociais que as crianças têm sobre a família são fruto do conhecimento a

mão ou do senso comum, e das causas que as levou a sua institucionalização. E o conjunto de representações faz com que estas crianças olhem para a família como, um conjunto de realizações dos seus desejos (como o de olhar a família como a aquela que dá amor, carinho, conversa, dá comida, dá sitio para dormir, que não bate, entre outros).

Representações sociais das crianças sobre o centro orfanato como sua nova família e a interacção destas com os actores que cuidam delas (os responsáveis do centro)

Neste subcapítulo iremos apresentar as representações sociais que as crianças têm sobre o orfanato 1º de Maio como sua nova família, olhando para a interacção diária que estas têm com os actores que cuidam delas. Mas antes vamos abordar a visão que os responsáveis do centro têm sobre essa instituição tendo em conta que, esta, visa reintegrar e resgatar valores perdidos pelas crianças, sejam órfãs ou não órfãs, ou seja, um espaço que ajuda a mudar de vida das crianças em situação de vulnerabilidade.

Segundo a entrevista feita ao responsável do centro orfanato em análise, que dizem o orfanato ser *“uma instituição que parte do princípio de que a criança é portadora dos direitos de igualdade e dignidade, como também deve ser vista como um ser único, individual, criatura racional capaz de expressar os seus sentimentos (...)”*, este espaço tem como objectivo trazer as crianças alegria, paz, segurança ou protecção, amor e acompanhamento em todas as dimensões mas tendo em consideração os problemas que fizeram com que a criança se excluíssem da sua família, apesar de na maioria dos casos serem crianças órfãs e com problemas de maus tratos.

A integração dos meninos tem uma série de regras como, antes de elas morar no orfanato realiza-se um plano de actividades com ela, num período de uma ou duas semanas, para ver se a criança não tem distúrbios mentais que é para poder encaminhar para um centro de reabilitação, depois explicasse como funciona a casa e procura-se deixa-la mais a vontade, deixá-la fazer o que ela mais gosta. Esta acção educativa encontra-se fundamentada em alguns alicerces como a relação interpessoal, o diálogo, a bondade e a firmeza, acompanhados da prudência, paciência, misericórdia e perdão.

Cada criança, possui e constrói um conjunto de teorias práticas, que segundo Moscovici (2003) são um conjunto de representações sociais de produções sócio variável que tem como base o contexto no qual as crianças estão inseridas. Estas representações permitem um ajustamento que torna o orfanato uma família ideal para elas ou seja, uma família que contem todos os seus desejos realizados.

Para que os desejos sejam realizados é necessário que haja interacção entre as crianças e os actores que cuidam delas, isso é possível se os mais velhos (os responsáveis do centro) olhem para a criança como diz Saramago (1994) como actor social, porque para esse autor a infância deve ser olhada como “um grupo social específico, detentor de um conjunto complexo de práticas e representações próprias e características (...), e que é capaz de intervir socialmente através da autonomia que lhe é conferida pela sua própria experiência pessoal”.

Esta visão se assemelha a ideia que Jens Qvortrup, referindo que a criança deve ser vista como um actor social em qualquer circunstância da sua vida pois, para se melhorar as condições de vida delas, devemos estabelecer sistemas em que elas sejam de facto ouvidas e tem de se aceitar que os adultos não adquirem a legitimidade para representar os interesses das crianças só por serem mais experientes ou maduros. Contudo, nem sempre os interesses dos adultos, e mesmo dos pais, coincide com os interesses das crianças e que, nestes casos, prevalece normalmente, através do poder que lhe é investido pela sociedade, o interesse do adulto Saramago (1994).

A tabela 8 mostra os discursos das crianças institucionalizadas sobre o centro orfanato como sua nova família.

Tabela 8: Discursos das crianças institucionalizadas sobre o centro orfanato como sua nova família

Categoria principal	Subcategoria Primária	Subcategoria secundária	Exemplos de discursos
Centro orfanato como sua nova família.	Sentimentos positivos	Protecção	<p>S10: ...gosto de ficar aqui no centro porque durmo no colchão, tenho comida todos os dias, ajudo a trabalhar e ninguém me bate como em casa. Apesar de tudo que me fizeram tenho saudades da minha família, porque família é muito importante.</p> <p>S5:... Ter família é muito importante quando te dá tudo o que queres principalmente comida e casa para dormir, por isso para mim esses do centro são minha família”, tenho saudades da minha família apesar de tudo que fizeram comigo, gostaria de um dia ir lá”.</p> <p>S2: ... conheci esse centro onde estou a ficar agora, os titios é como um pai para mim, me dá amor, carinho, todos dias tenho comida, já não costumo sentir frio como de na rua por isso esse centro é minha família...”.</p>
		Amor, Carinho	<p>S6: ... os titios é como um pai para mim, me dá amor, carinho, todos dias tenho comida, já não costumo sentir frio como de na rua por isso esse centro é minha família. Com os titios eu costumo ver que é muito importante ter família por causa de que esses são pais para mim, me ajudam por isso gosto de viver aqui. Minha família nunca veio me ver aqui por isso esses do centro são minhas famílias. Tenho saudades da minha família mas não quero voltar, estou muito bem aqui”.</p> <p>S8: “... Estou a gostar de ficar aqui porque os titios me dão comida, amor, carinho e me deixam brincar. Para mim família é mãe, pai, irmãos, como agora já não tenho esses daqui do centro são minha família. Família é muito importante, quando deixar as crianças falar, não bater, dar comida e sito para dormir, apesar de tudo eu tenho saudade da minha família, um dia quero ir visitar”.</p>

Para estas crianças a família representa para elas uma grande importância. O maior número de crianças associou à família a sentimentos positivos, como por exemplo o S5 com 12 anos que refere “*carinho...conversa*” ou o S6 com 13 anos, que refere “*amor, carinho...*”. E as outras referem o grau sanguíneo e ao acto de “estar junto”, como por exemplo o S10 de 16 anos que falou “*...família é minha mãe, porque se ela estivesse viva não ia viver aqui, ia ficar com a minha mãe mesmo no sofrimento*”, e S7 que falou “*... Família é aquele que tem mesmo sangue...*”.

De um modo geral apreendemos das narrativas das histórias de vida das crianças que apesar dos maus tratos de que foram vítimas, o abandono e negligência que sofreram por parte das suas famílias e o facto de estarem institucionalizados, que atribuíssem pouca importância à família, mas, de facto, todas as crianças responderam que a família era muito importante.

Notamos que o apoio emocional como carinho, amor, amizade, dar apoio e ajudar, é algo de extrema importância para essas crianças, e a satisfação de cuidados básicos, incluindo alimentação, vestuários, protecção e cuidados de saúde também são aspectos de extrema importância. Em suma, para as crianças, a família de origem apesar de nunca estar fisicamente presente no seu quotidiano exerce uma influência extremamente importante e ocupa, sem dúvida, o lugar central nas suas vidas.

As crianças deste estudo têm da família uma representação muito positiva, apesar das diversas e constantes agressões que lhes possam ter sido por ela infligidas. Tendo em conta as ideias e concepções que estas constroem sobre a família, estas consideram o orfanato sua nova família, mas nunca deixam de frisar que a família de origem é a mais importante, sendo assim podemos dizer que a família de origem para estas crianças é insubstituível, isto, por elas conceder aspectos que são de extrema importância e que fazem o centro orfanato de refugio e de satisfação dos seus desejos, como exemplo temos a Quinta de 15 anos que refere “...gosto de ficar aqui no centro porque durmo no colchão, tenho comida todos os dias, ajudo a trabalhar e ninguém me bate como em casa...”.

Trata-se, na maioria das vezes, de uma família idealizada que corresponde com aquilo que sempre desejaram. Por isso, são referidas maioritariamente pelas crianças emoções positivas face à família, os pais são considerados de extrema importância para uma criança e são escolhidos, também na maioria das vezes, como membros familiares mais significantes e importantes, os próprios causadores da dor, da separação e da institucionalização.

Desejos futuros das crianças institucionalizadas

Neste subcapítulo iremos nos debruçar sobre os desejos futuros que as crianças têm em relação ao centro de acolhimento 1º de Maio e em relação a família.

A tabela 9 sistematiza a categoria primária, desejos futuros das crianças e exemplos de discurso. Na subcategoria primária temos as mudanças desejadas na instituição, mudanças relacionadas com a família. Através da tabela podemos notar que em relação a subcategoria primária, a maior parte das crianças

deseja continuar na instituição e apenas uma deseja voltar a família de origem.

No que concerne a subcategoria mudanças desejadas na instituição, verificamos que a instituição necessita fazer mudanças, no sentido de tornar um espaço maior construindo escolas só para as crianças do orfanato, um pátio de entretenimento para as crianças; outra mudança tem a ver com o número de crianças (ver depoimento na tabela 8).

Relativamente a mudanças relacionadas com a família, as crianças manifestam o seu desejo de uma aproximação com a família de origem. A tabela abaixo, trás devidamente os exemplos dos discursos olhando para a categoria primária e as subcategorias (primarias e secundarias).

Tabela 9: Discursos sobre os desejos futuros das crianças institucionalizadas

Categoria primária	Subcategoria primária	Subcategoria secundária	Entrevistados
Desejos futuros	Meio preferencial para morar	Permanência na instituição	S1, S2, S3, S4, S6, S7, S8, S9, S10
		Regresso a família de origem	S5
	Exemplos de Discursos		
	Mudanças desejadas na instituição	Mais espaço e aumento de número de crianças	S10:.. <i>deveria se aumentar a construção do centro que é para poder se acolher mais crianças, porque ainda tem muitas crianças a sofrer e este espaço não chega.</i> S8:.. <i>deve-se aumentar espaço, construir um sitio para as crianças brincar, construir uma escola para nós...</i>
Mudanças relacionadas com a família	Aproximação familiar	S6:.. <i>estou muito bem aqui, mas gostaria que minha família m visitasse...</i> S3:.. <i>esse são minha família, gosto de ficar aqui, mas gostaria que um dia minha família viesse me visitar e eu lhes visitar também.</i>	

Considerações Finais

A presente monografia procurou, baseado nas teorias Fenomenológica de Alfred Schutz e de Representações sociais de Serge Moscovici dar uma possível explicação a um fenómeno social tendo em conta o conhecimento do senso comum. Em que segundo Moscovici os fenómenos sociais devem ser entendidas como *fenómenos*, passíveis de serem elucidados como algo dado, e não apenas como um conceito que tem por finalidade apenas a explicação acerca de alguma coisa.

Prosseguindo com o nosso propósito que é de analisar as representações sociais das crianças em torno da família, olhando para as causas que norteiam a sua institucionalização, neste caso concreto as crianças do centro orfanato do 1º de Maio na província de Maputo; para Schutz só é possível compreender um fenómeno através do sentido da acção dos outros que nos possibilitará compreender os motivos, as razões que levam os indivíduos a interpretar os factos de uma forma, explicando a experiência. Assim, a explicação do quotidiano pressupõe a capacidade do indivíduo dar significações das interpretações dos outros tendo em conta a experiência e o estoque do conhecimento a mão.

A investigação que chega agora ao fim, apesar de constituir apenas um pequeno contributo para a problemática, permitiu adquirir uma noção global dos vários aspectos que rodeiam a questão da institucionalização de crianças.

Este é um tema que começa agora a ser alvo de interesse, principalmente no nosso país, razão pela qual a bibliografia relacionada a esta problemática é escassa. E o impacto da vida em instituição é uma problemática bastante pertinente hoje em dia, uma vez que se assiste a um crescente número de crianças nesta situação, já que se multiplicam também os casos de maus tratos (físicos e psicológicos) e abandono. Por meio das histórias de vida, foi possível identificarmos a trajectória dos sujeitos em análise, a inclusão social no processo de reintegração, assim como a importância de um trabalho sistematizado que no caso desse estudo dominado “centro orfanato 1º de Maio” que tem como significado ser um espaço de acolhimento, de suporte e potencialização de valores e resgate na reestruturação de vida da criança.

O trabalho tinha como hipótese: *As representações familiares que as crianças institucionalizadas constroem, são influenciadas pelo tipo de rendimento mensal das famílias de origem.* Para tal, procedeu-se a uma análise que dividiu-se em três (3) fases:

Passado, presente e futuro destas crianças. Relativamente ao passado, quisemos entender a sua vida antes da entrada na instituição ou seja, os motivos que as levou a sua institucionalização.

No que concerne ao presente, a nossa investigação pretendeu compreender a partir dos motivos da sua separação da família quais as percepções e ideias que elas tem sobre a família e perceber a interação diária das crianças com os outros actores que cuidam do seu dia-a-dia. Segundo Moscovici (1997), as percepções, ideias ou seja, as representações sociais permitem a classificação e o entendimento acerca daquilo que experienciamos mediante processos que convencionam a realidade percebida de acordo com os modelos representacionais disponíveis. Os indivíduos e suas ideias, ou representações, sempre carregam a marca da realidade social de onde nascem e estabelecem os vínculos sociais com seus conviventes.

E por último, o futuro tem a ver com os desejos que as crianças constroem em relação ao orfanato como sua nova família e em relação a família de origem.

Com as informações obtidas, tiramos a conclusão de que não se confirma nossa hipótese, porque as representações familiares que o maior número de crianças do centro orfanato 1º de Maio constroem são influenciadas pela situação vivida, neste caso alegam os maus tratos físicos e psicológicos por elas passadas, que é a causa central da sua institucionalização.

Em relação a vulnerabilidade á exclusão destas crianças na família de origem, são causadas para além dos maus tratos físicos e psicológicos, a falta de rendimento também é o factor que é posta em causa, tendo em conta que a maior parte destas crianças provém de famílias sem nenhum tipo de rendimento mensal para sobrevivência.

O abandono dum dos progenitores, a desigualdade de distribuição de comida no seio familiar, a escassez de atenção e carinho no seio familiar, e até mesmo a morte por parte de um dos progenitores também são as causas que as crianças apresentam.

Em relação as “concepções, ideias e imagens” que as crianças têm sobre a família e o orfanato como sua nova família, constatamos que são influenciadas pelas causas da sua institucionalização e pelas famílias de origem, apesar de estas ocuparem um lugar central na vida destas crianças, ainda que se encontrem separadas e, muitas vezes, não a vejam ou apenas a vejam esporadicamente. E a grande maioria das crianças deste estudo consideraram que a família é muito importante para a vida de uma criança e os pais

(pai e mãe) e irmãos são apresentadas como o grau mais importante.

Sendo assim, não é surpreendente que das histórias de vida apresentadas neste estudo, expressem como maior desejo de rever as famílias, independentemente dos motivos que conduziram à sua institucionalização, das suas trajectórias e histórias de vida ou do relacionamento e contacto que mantêm e manteve com a família.

Tendo em conta que a maior parte das histórias de vidas apresentadas neste estudo olham para família como uma instituição que tem como função dar carinho, amor, protecção e atenção.

Sendo assim, constatamos que outro aspecto a ter em conta em relação as representações sociais sobre a família é de olha-la como uma instituição que tem função emotiva, e a institucionalização é aceite por estas crianças por representar as funções que elas conferem quando se fala de família e por lhes proporcionar a fase mais linda que elas sempre sonharam em ter, ou seja, o centro proporciona para elas uma vida que qualquer criança que se encontra em situação de vulnerabilidade gostaria de ter.

É de referir que a institucionalização não se apresenta para estas crianças como sendo substituta da família de origem, apesar do esforço que esta proporciona como o de transformar a vida do centro em ambientes familiares.

É certo que ficaram por tratar neste estudo algumas questões que poderiam ter sido aprofundadas melhoradas e confirmadas se o tempo o tivesse permitido (como ouvir depoimentos de algumas famílias para compreender delas as causas da institucionalização, ouvir de algumas famílias quais as representações sociais que elas tem sobre a institucionalização, entre outros); e outros aspectos que achamos que deveríamos aprofundar são, o caso da gestão de sentimentos que as crianças têm em relação à sua família de origem e o que poderão influenciar e condicionar a imagem idealizada que têm da sua família de origem.

Tratando-se somente de um estudo exploratório, pensamos que foi conseguido o objectivo de contribuir para o conhecimento da realidade destas crianças e de ao mesmo tempo alertar para questões importantes ainda pouco tratadas pela Sociologia mas que merecem sem dúvida toda a sua atenção, questões como “deixar de olhar para criança na perspectiva adulto cêntrica e tê-la como um actor social”.

Referências Bibliográficas

- AYRES, José Ricardo de C.. *Vulnerabilidade e Avaliação de Acções Preventivas*. Editora electrónica casa de Edição, SP., 1996.
- AMARAL, Wanda do (compil.). *Guia para apresentação de Teses, Dissertações, trabalhos de graduações*. Edição Revista. Maputo: Livraria Universtária, Universidade Eduardo Mondlane. 1999.
- BALANCHO, L. S. *Ser pai: Transformações inter geracionais na paternidade*. Análise Psicológica Vol. XII No.2, 2004.
- BILAC, Elisabete Dória. “Família: algumas inquietações”, In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). *A família contemporânea em debate*, São Paulo: Cortez, 2000.
- BERGER, P., LUCKMANN, T. *A Construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BOURDIEU, P. *O Campo científico*. In: ORTIZ, R. (org.). Bourdieu. São Paulo: Ática, 1983, P.122-155.
- BUCHALLA, Cássia Maria; PAIVA, Vera. *Da compreensão da vulnerabilidade social ao enfoque multidisciplinar*. **Revista Saúde Pública**. Vol.36 no.4 suppl. São Paulo: Agosto 2002.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. Campinas: Papirus, 1998.
- COMTE, Auguste, cit. por SEGALLEN, Martine. *Sociologia da Família*. Lisboa, Terramar, 1999, p. 22.
- DEMARTIS, Lúcia. *Compêndio de Sociologia*. Portugal: Edição 70. 1999.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo, Ed. Martin Claret, 2002.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fornteira, 1989.
- FLEMING, Manuela. *A adolescência e autonomia: o desenvolvimento psicológico e a relação com os País*. Porto Edições Afrontamento. 1993.

FRANCO, Maria Laura P. B. *Representações Sociais, Ideologia e Desenvolvimento da Consciência*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2004.

GIDDENS, Anthony . *Sociologia*. 6ª Edição. Porto Editora. 2003, pág. 175.

GOLEMAN, D. P. *Emotional Intelligence: Why It Can Matter More Than IQ for Character, Health and Lifelong Achievement*. Bantam Books, New York. 1995.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4 edição. R. Janeiro- Guanatera. 1988.

GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Quotidiana*. Petrópolis Editora Vozes. 1975.

GOMES, Romeu e tal. *As Representações Sociais e a Experiência da Doença*. In: Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2002.

JODELET, D. *Folie et représentations sociales*. Paris: PUF, 1989. Representações sociais : um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). *As Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.17-44.

KELLERHALS, Jean et al. *Micro sociologia da Família*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1984.

LACATOS, Eva Maria, MARCONI, Maria de Andrade. *Sociologia geral*. Ed. Atlas, São Paulo.1999.

LANGA, J. A. *História da Política da não – Institucionalização da Criança em Moçambique*. Maputo. Secretária de Estado de Acção Social (não editado e disponível no MMCAS). 1993.

LOFORTE, A. *Um Perfil das Crianças em Moçambique: Um Estudo de Caso nas Maiores cidades do País*. Maputo: globo, col. Ensour. 1998.

MALVASI, P. A. *ONGs, Vulnerabilidade Juvenil e Reconhecimento Cultural: Eficácia Simbólica e dilemas*. Interface Comunicação, Saúde e Educação, 2008.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge. “Prefácio”. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. Textos em

representações sociais. Petrópolis: Vozes, 1997.

MURTEIRA, M. *Economia Mundial, A Emergência dum Nova Ordem Global*. Difusão Cultura, 1995, 40 p.

PINTO, Manuel, SARMENTO, Manuel Jacinto. *Saberes sobre as crianças - para uma bibliografia sobre a infância e as crianças em Portugal*. Centro de Estudo da criança, UM, Braga, Bezerra Editora. 1999.

PINTO, Maria da Conceição. *Criança em perigo e em situação de Rua - Historias de vida passadas em Lisboa e no rio de Janeiro*. Lisboa, Instituto de inovações educacional. Porto. 2001.

PINTO, Maria da Conceição. *Criança em Perigo e em Situação de Rua*. Instituto de Inovação Educacional. Lisboa 2001, p. 36.

QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva Publicações, Lisboa. 1998.

SARAMAGO, Sílvia. “Contributos para uma Sociologia da Infância: aspectos conceptuais e metodológicos”. in *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*. Porto. 2000

SARAMAGO, Sílvia. “Metodologias de pesquisa empírica com crianças”. in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 35, Lisboa, CIES. 2001.

SARAMAGO, Sílvia. “As identidades da infância, Núcleos e processos de construção das identidades infantis”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº16, Lisboa, CIES. 1994.

SARMENTO, Manuel Jacinto. *As crianças contextos e Identidades*. Centro de Estudos da Crianças, UM, Bezerra Editora, Braga. 1997.

SARMENTO, Jacinto M. *Sociologia da Infância: Correntes, Problemáticas e Controvérsias*. In: Revista Sociedade e Cultura nº 2. Braga – Universidade do Minho, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia, Vol. 13 (2), 2000.

SARTI, Cynthia A. “Família e individualidade: um problema moderno”, In CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). *A família contemporânea em debate*, São Paulo: Cortez, 2000.

SEGALEN, Martine (s.d). *Sociologia da Família*. Lisboa, Terra mar, 1999, p. 28.

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e Relações Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Edições. 1997.

VALÁ, Jorge. *Representações Sociais – Para uma Psicologia Social do Pensamento Social*. In: *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

Documentos Electrónicos

RIZZINI, I.; BARKER, G.; CASSANINGA, N. *Políticas sociais em transformação: crianças e adolescentes na era dos direitos*. Educar em revista nº15, 1999. Disponível em [http:// http://www.educaremrevista.ufpr.br/](http://www.educaremrevista.ufpr.br/) [Acesso em: 20 de Maio.2011.]

SAVE THE CHILDREN. Criança em Conflito Com a Lei. Maputo – Save The Children Norway. 2003. In: www.savethechildren.org

SOARES, Evaldo (s.d). Fenomenologia. In: www.intermega.com.br/logica/epistemologia/edvaldo/fenomenol.htm.

TAVARES, Fátima R. G. (s.d) Schutz e Simmel: sobre os dilemas da condição social do ‘estrangeiro’. Disponível: <http://www.facha.edu.br/publicacoes/comum/comum17/doc/schutz.doc> em Julho de 2011.

UNICEF (2002). The State of the World Children, 2003. Disponível: www.unicef.org, em Maio/2009.

Relatórios

Lei de Família: Falemos de igualdade e justiça, WLSA Moçambique e Fórum Mulher. Publicado em “Outras Vozes”, nº 3, Maio de 2003.

MICAS, CVM. A Criança da Rua e os Centros de Acolhimento: Um Estudo de Caso das Províncias de Maputo e cidade, Sofala e Zambézia: Maputo (não editado e disponível no MMCAS). 1997.

MICAS, CVM, ARCS. A Criança da Rua e os Centros de Acolhimento – Um

Estudo de caso nas províncias de Maputo e Cidade, Sofala e Zambézia. Maputo – MISAU. 1997.

MICAS, ALIANCA SAVE THE CHILDREN E UNICEF. Convenção dos Direitos da criança.

Moçambique. 1999.

MICAS e Aliança Save The Children e UNICEF. Convenção dos Direitos da Criança. Moçambique.1999.

Ministério da Mulher da Coordenação da Acção Social (06/1994) Estratégia da Acção Social Sobre a Criança. Maputo – Moçambique.

Ministério da Mulher da Coordenação e da Acção Social. A Implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança. Maputo – Moçambique. 1999.

UNICEF e Ministério da Mulher e da Acção Social (10/2006), Convenção sobre os Direitos da Criança. Moçambique.

Anexos

1. Histórias de vida para as crianças do centro orfanato 1 de Maio

Este inquérito decorre no âmbito do Trabalho do Fim do Curso (TFC), para a obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia, pela Universidade Eduardo Mondlane, e tem por objectivo analisar as representações dos actores sociais em torno das crianças institucionalizadas.

I. Identificação

1.1. Sexo	1.3. Escolaridade (Nível Concluído)	1.5. Grau de parentesco
1.2. Idade	1.4. Escolaridade dos parentes	1.6. Local de residencia antes de orfanato

II. Trajectória de vida (antes & depois)

- 2.1. O que fazia antes de estar no centro? E as pessoas que vivias com elas (parentes) o que faziam?
 - 2.2. Agora que estás no centro continua a ter contacto com elas?
 - 2.3. Podes caracterizar a casa/bairro onde vivias?
 - 2.4. O que levou-te a sair da casa?
 - 2.5. Como era a convivência entre vocês, sentia-se bem viver lá?
 - 2.6. Quem já veio visitar-te agora que estás cá no centro?
 - 2.7. O que tens a dizer entre a vida que levavas antes, e a que tens agora aqui no centro?
 - 2.8. Como é que chegou ao centro?
 - 2.9. O que levou-te a recorrer ao orfanato?
 - 2.10. O que acham do orfanato comparando com a vida que tinhas antes? (bem/mal) porquê?
 - 2.11. Há quanto tempo vives aqui no orfanato?
 - 2.12. O que mais gostas de fazer aqui?
 - 2.13. Para ti, o que consideras família?
 - 2.14. Consideras o orfanato uma família? Porquê?
 - 2.15. Achas que ter uma família é importante? Porquê?
 - 2.16. Estás feliz por estar aqui ou sentes saudades da vida que levavas antes?
 - 2.17. Quais são os teus maiores desejos em relação ao centro orfanato?
- Tens mais algo a acrescentar no que já disse?**

Fim

**Agradeço a atenção dispensada,
Maputo, Junho de 2011**

2. Guião de entrevista para os responsáveis do centro 1 de Maio

Esta entrevista decorre no âmbito do Trabalho do Fim do Curso (TFC), pela Universidade Eduardo Mondlane para a obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia e, tem por objectivo analisar as representações dos actores sociais em torno das crianças institucionalizadas.

I. Caracterização do entrevistado

1.1. Sexo	1.3. Estado civil	1.6. Nível de escolaridade (concluído)	1.7. Profissão
1.2. Idade	1.4. Local de residência	1.5. Actividade que exerce no centro	

II. Questões sobre o dia-a-dia do orfanato

- 2.1. Como é que surgiu a ideia de criar um centro para acolher crianças órfãs?
- 2.2. Que opinião tem sobre este fenómeno de crianças órfãs institucionalizadas na sociedade moçambicana, em geral, e na nossa cidade em particular?
- 2.3. A quem pensa que a institucionalização da criança priva-lhe de certa forma de alguma liberdade e de alguns direitos da criança. O que tem a dizer sobre isso?
- 2.4. Que vantagem e/ou desvantagens vê deste tipo de instituições que acolhem crianças órfãs?
- 2.5. Que tipo de dificuldades tem enfrentado no dia-a-dia da instituição?
- 2.6. Que tipo de crianças a instituição acolhe?
- 2.7. Quais os critérios que têm usados a selecção / recrutamento das crianças?
- 2.8. Que tipo de problema as crianças apresentam quando chegam pela primeira vez no centro?
- 2.9. Quais os deveres e direitos destas crianças que vivem aqui no centro?
- 2.10. Que tipo de programas o centro oferece às crianças institucionalizadas?
- 2.11. Quanto tempo as crianças ficam aqui, e depois de saída daqui o centro continua a fazer algum acompanhamento?
- 2.12. Qual julga que deve ser o papel da família e da sociedade para este fenómeno?
- 2.13. Na sua opinião, o que pode levar uma família a abandonar uma criança?
- 2.14. Acha que orfanato é uma nova família para a criança?
- 2.15. Que leitura faz das crianças que estão aqui no centro?

■ **Gostaria de acrescentar algo que ainda não tenha falado?**

